

O

# Alfabetismo da Diáspora na Escola

*Reflexões e referências para o debate  
étnico-racial na educação.*

Eduardo da Silva Araujo  
Débora Cristina de Araujo

## O Alfabetismo da Diáspora na Escola

O Alfabetismo da Diáspora na Escola

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO  
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - PPGMPE

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Paula Vargas

Reitor da Ufes

Prof. Dr. Valdemar Lacerda Junior

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Reginaldo Célio Sobrinho

Diretor do Centro de Educação

Profa. Dra. Andrea Antolini Grijó

Vice-diretora

Prof. Dr. Soler Gonzalez

Coordenação Geral

Profa. Dra. Junia Freguglia Machado Garcia

Coordenação Adjunta



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Araujo, Eduardo da Silva

O alfabetismo da diáspora na escola [livro eletrônico] : reflexões e referências para o diálogo étnico-racial na educação / Eduardo da Silva Araujo ; [coordenação] Débora Cristina de Araujo. -- 1. ed. -- Vila Velha, ES : Ed. do Autor, 2021.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-00-24637-7

1. Alfabetismo 2. Antirracismo 3. Brasil - Educação 4. Discriminação na educação - Brasil 5. Professores - Formação 6. Relações étnico-raciais  
I. Araujo, Débora Cristina de. II. Título.

21-68757

CDD-379.260981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Desigualdade : Relações étnico-raciais :  
Escolas : Políticas públicas 379.260981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

## O Alfabetismo da Diáspora na Escola

# O Alfabetismo da Diáspora na Escola

Reflexões e referências para o  
debate étnico-racial na educação.

Eduardo da Silva Araujo  
Débora Cristina de Araujo

# Autoria



**Eduardo da Silva Araujo**, natural de Vitória-ES, formado em Letras-Inglês (UFES). Especialista em Relações Internacionais e Logística pela (Estácio de Sá de Vitória) e Coordenação Pedagógica (UFES). Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação (UFES). Professor de Inglês da Prefeitura Municipal da Serra-ES. Pesquisador das relações étnico-raciais e membro do grupo de pesquisa e extensão LitERÊtura.



**Débora Cristina de Araujo**, Doutora em Educação (UFPR) e professora de Educação das Relações Étnico-Raciais (UFES). Atua também como docente no PPGMPE e no PPGE, ambos do Centro de Educação da Ufes. É pesquisadora do Neab-Ufes e Neab-UFPR e coordena o LitERÊtura - Grupo de estudos e pesquisas em diversidade étnico-racial, literatura infantil e demais produtos culturais para as infâncias.

# Sumário

<b>Primeiras palavras .....</b>	<b>10</b>
<b>Boas-Vindas.....</b>	<b>23</b>
<b>EIXO I.....</b>	<b>29</b>
O racismo na sociedade brasileira.....	29
<b>EIXO II .....</b>	<b>43</b>
O racismo e o fazer educativo.....	43
<b>EIXO III.....</b>	<b>58</b>
Os papéis da família, da escola e docentes na questão étnico-racial .....	58
<b>EIXO IV .....</b>	<b>75</b>
Referências e Indicações .....	75
Filmes.....	78
Seriados.....	84
Documentários .....	88
Livros Teóricos.....	93
Literatura Adulto.....	99
Literatura Juvenil.....	102
Literatura Infantil .....	104
Podcasts.....	110
Canais De Vídeo.....	110
Palestras Ted Talks .....	111
<b>Referências .....</b>	<b>113</b>

*Aos meus pais, meus primeiros e maiores  
educadores. Para minha esposa Erika e  
minha filha Helena.*



# Primeiras palavras

## **Princípios do Alfabetismo da Diáspora para a Educação das Relações Étnico-Raciais**

Débora Cristina de Araujo

Este produto é fruto de reflexões críticas produzidas ao longo de mais de dois anos de pesquisa, quando Eduardo da Silva Araujo ingressou no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Desde seu processo de seleção, foi possível identificar nele grande potencial para a realização de um estudo envolvendo o conceito de Alfabetismo da Diáspora, proposto por Joyce Elaine King (1996). Os motivos que demonstraram a possível afinidade de Eduardo com esse conceito foi, especialmente, a sua criticidade e acúmulo de leituras do campo das relações étnico-raciais; o domínio do idioma da autora (inglês), já que grande parte de suas obras não foram traduzidas para o português ainda.

Ao aceitar esse desafio, Eduardo Araujo dá continuidade a um projeto firmado anteriormente com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Federal do Paraná já que, de longa data, vínhamos inserindo perspectivas teóricas do Alfabetismo da Diáspora em nossos estudos.

Isso se iniciou, para mim, entre os anos de 2008 a 2010, quando eu era mestranda em Educação na UFPR e, por intermédio do meu orientador, prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva (PPGE/NEAB/UFPR), pude conhecer alguns elementos do Alfabetismo da Diáspora. A proposta de Paulo Vinicius era de apresentar tal conceito para a realização da minha pesquisa que analisava os discursos produzidos por crianças e professoras acerca da literatura infantil com personagens negras. Ainda que não tenha sido possível levar adiante a ideia, devido à natureza dos dados captados durante a pesquisa, o desejo de aprofundamento continuava, especialmente por ser uma proposta teórico-metodológica que visa retomar a iniciativa histórica e a cultura africana como forma de resgatar a humanidade negra.

Assim, ao seguir meu caminho como professora de Educação das Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal do Espírito Santo, as palavras de King (1996, p. 82), de que o Alfabetismo da Diáspora “[...] possibilita que o povo negro repossua ‘nossa história’, incluindo nossa identidade cultural como ‘filhos e filhas da África’” convergiam com os princípios por mim defendidos no âmbito dessa disciplina.

Chamamos de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) tanto o “[...] conjunto de documentos produzidos em âmbito legal relacionados ao ensino de história e cultura afro-

brasileira, africana e indígena” (ARAUJO, 2015, p. 127), quanto as atitudes e práticas que impõem, entre os grupos populacionais (especialmente negros e brancos), aprendizagens, “[...] trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, p. 14). São princípios fundamentais para a construção de uma efetiva educação antirracista.

E, nesse processo, a Lei 10.639/2003 assume protagonismo por ser a primeira e mais mobilizadora ação legal em torno da EREER, tendo o Movimento Negro como agente político. Ainda que com muitos limites, como destacarei a seguir, é preciso ressaltar que foi por meio do Movimento Negro que políticas educacionais brasileiras foram afetadas a ponto de questionar as verdades antes absolutas sobre o currículo e sobre nossas práticas pedagógicas.

Mas, primeiramente refletindo sobre alguns limites no processo de implementação da EREER na educação brasileira (mesmo que já passados quase 20 anos), destaco especialmente dois: o primeiro refere-se à falta de entendimento, por parte de grande parte da sociedade, da luta histórica em torno da legislação de EREER. Em certa medida parece, para algumas pessoas, que se trata de uma legislação que veio “de cima para baixo”.

Como nos mostra Nilma Lino Gomes (2011), contudo, o Movimento Negro agiu para incluir a temática da EREER na agenda

das políticas educacionais por entender que qualquer adoção de políticas universalistas não seria suficiente, já que a população negra era duplamente prejudicada: empobrecida e vitimada pelo racismo sob diversas formas. E, assim, principalmente a partir dos anos 1990, a atuação das entidades do Movimento Negro passou a intensificar a denúncia do racismo institucionalizado na educação brasileira e a propor a adoção, por parte do Estado, de políticas afirmativas como a única maneira de lidar com as desigualdades raciais que se mantinham pelas políticas universalistas. A Lei 10.639/2003 é, portanto, uma das consequências dessas mobilizações.

Outro limite é a falta de conhecimento de um dos principais documentos legais: as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, instituídas a partir do Parecer CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004. Trata-se de um aprofundado panorama, legal e educacional, sobre relações étnico-raciais, contendo conceitos, princípios e conteúdos para o trabalho com a EREER nas diversas áreas do conhecimento. É, também, uma resposta, na área da educação, à demanda da população negra do Brasil,

[...] no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata [...] de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

Nessa dimensão, podemos ver o quanto a legislação de ERER se aproxima com o Alfabetismo da Diáspora, que, como nos mostrará Eduardo Araujo (2021) mais à diante, é uma proposta que visa:

[...] agir contra o desconhecimento de nossa memória coletiva e dos feitos de nossos ancestrais que, segundo Joyce King, enfraquece nossa humanidade. O caminho para uma educação emancipadora passa também por oferecer a oportunidade a todas as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem (docentes e discentes) de

conhecer as virtudes de seus antepassados africanos, e assim, compreender também a sua capacidade de realizar coisas grandes e bonitas (ARAUJO, 2021, p. 37).

Assim, cabe, a seguir, mostrar o quanto esses princípios legais (que fundamentam o trabalho com a história e cultura afro-brasileira e africana, bem como o trato com as relações étnico-raciais no Brasil) se vinculam ao que defenderemos neste livro como sendo o Alfabetismo da Diáspora.

### **A escola e o corpo docente não podem improvisar**

Para que possamos realizar efetivas transformações que visem o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e possibilitem o enfrentamento do racismo, é preciso reconhecermos que nossa formação escolar e acadêmica não nos instrumentalizou adequadamente. E, por isso, é muito comum que as nossas práticas pedagógicas estejam contaminadas de equívocos, estereótipos e, também, de improvisos.

Com base no que prevê os princípios do Alfabetismo da Diáspora e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira e Africana, proponho que, para enfrentar todos os desafios aqui destacados, é preciso:

<b>AÇÃO</b>	<b>COMO?</b>
1. Desfazer mentalidades racistas	Para desfazer pensamentos e atitudes racistas, o primeiro passo é saber reconhecê-los em nós mesmos e na nossa sociedade. Ao detectá-los e assumi-los conseguimos buscar as causas de tais posturas e combatê-las.
2. Superar o etnocentrismo	Entendendo que o currículo brasileiro foi construído sobre princípios etnocêntricos, especialmente a partir da Europa, é necessário questioná-lo, denunciando seu centralismo em uma única perspectiva histórica, cultural ou social. A partir daí, é imprescindível que as fontes conhecidas sobre os povos e a história do continente africano abram frentes dentro do currículo de modo permanente e não pontual.
3. Desalienar processos pedagógicos	Considerando que tivemos uma formação alienante sobre o continente africano, sua história e de sua população, o exercício de se desalienar e se “alfabetizar”, seja por meio de livros, artigos, filmes ou até mesmo de viagens com vistas a superar a “história única” (ADICHIE, 2009) que nos foi ensinada sobre África. E esse processo de alfabetismo não cessa pois sempre estaremos aprendendo mais e superando novos limites.

## **A escola e o corpo docente devem promover pedagogias de combate ao racismo**

Como defendem as Diretrizes e o Alfabetismo da Diáspora, a nossa formação escolar foi permeada por um processo constante de educação das relações étnico-raciais negativas ou de “deseducação”, conforme Eduardo Araujo apresentará no decorrer deste livro. Então, para reestabelecer processos educacionais condizentes com a história da população brasileira, é preciso promover “pedagogias de combate ao racismo e a discriminações” (BRASIL, 2004, p. 16).

E esse grande projeto ou política educacional tem como objetivo “[...] fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra” (BRASIL, 2004, p. 16). Assim:

**EFEITOS DAS PEDAGOGIAS DE COMBATE AO RACISMO E  
A DISCRIMINAÇÕES**

**Para a  
população  
negra**

“[...] poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana” (BRASIL, 2004, p. 16) ou, em outras palavras, reestabelecer laços de afeto e de apreço a sua própria história, reconhecendo-a e localizando sua determinação histórica tanto em nível mundial quanto no contexto brasileiro. Isso significa retomar a iniciativa histórica africana a partir de temas no currículo como: as “civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe”; os “núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade”; “as contribuições do Egito para a ciência e filosofia ocidentais”; “as universidades africanas Timbuktu, Gao, Djene que floresciam no século XVI”; “as tecnologias de agricultura, de beneficiamento de cultivos, de mineração e de edificações trazidas pelos escravizados, bem como a produção científica, artística (artes plásticas, literatura, música, dança, teatro), política, na atualidade” (BRASIL, 2004, p. 22).

<b>Para a população branca</b>	<p>“[...] poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras” (BRASIL, 2004, p. 16). Isso quer dizer que os conhecimentos responsáveis por reestabelecer o orgulho e a altivez à população negra também representará, para este grupo, o conhecimento de sua própria história como grupo populacional brasileiro.</p> <p>“Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira” (BRASIL, 2004, p. 16): reconhecer-se dotado/a do privilégio da cor pode possibilitar à população branca a tomada de consciência do quanto o racismo que fundamenta nossa sociedade produz, mesmo que involuntariamente, benefícios a si própria. Assim, é possível que a luta antirracista seja assumida também por esse grupo.</p>
--------------------------------	--

Com esses breves apontamentos, fica evidente quantos são os desafios, mas também quais são as possibilidades. E as possibilidades passam, necessariamente, pelo estudo e pesquisa. Como educadoras e educadores que somos, o estudo e a pesquisa não são atividades novas; ao contrário, o que mais fazemos em nossa atuação profissional é estudar e investigar outras/novas possibilidades de práticas pedagógicas. E pensando nisso é que este livro foi elaborado: com intenção não somente provocar, mas também de instigar novas reflexões que, por consequência, estimularão transformações no modo como encaramos as relações étnico-raciais no ambiente escolar e na sociedade em geral. Que este material contribua para a alfabetização sobre história e cultura afro-brasileira e africana de todas as pessoas que o acessarem. Este será o efeito exercício de alfabetismo da diáspora!

## Referências

- ARAUJO, Débora Cristina de. A Educação das Relações Étnico-Raciais: histórico, interfaces e desafios. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.21, n.41, p.127-145, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2335>. Acesso em: 29/06/2021.
- ARAUJO, Eduardo da Silva. Eixo II: o racismo e o fazer educativo. In: ARAUJO, Eduardo da Silva; ARAUJO, Débora Cristina de (Orgs.). **O alfabetismo da diáspora na escola**: reflexões e referências para o debate étnico-racial na educação. Vitória: PPGMPE-UFES, 2021.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1º, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. de 2004, Seção 1, p. 11. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 29/06/2021.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBP**AE – v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971>. Acesso em: 29/06/2021.
- KING, Joyce Elaine. A Passagem Média revisitada: a educação para a liberdade humana e a crítica epistemológica feita pelos estudos negros. In: SILVA, Luiz Eron da (Org.). **Reestruturação curricular**: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 75-101.



# Boas-Vindas



Durante muito tempo o tema do racismo na educação foi tido como um tabu ou um exagero, como se fosse “algo da cabeça” da pessoa que o denunciava. Mas diante da persistente atuação do Movimento Negro brasileiro, o racismo, antes constantemente silenciado e ocultado, não pôde mais ser escondido, passando, cada vez mais, a ser discutido e enquadrado como uma das grandes mazelas da sociedade brasileira.

Porém, o fato de o assunto ter emergido à tona do debate nacional não fez com que o racismo deixasse de existir. Muito pelo contrário, denunciado, ele se desenvolveu e adquiriu nuances diversas, às vezes discretas e silenciosas, outras vezes ostensivas e mais agressivas. Apesar de o racismo estar em constante reinvenção para se perpetuar, hoje em dia dispomos de muito mais ferramentas para compreendê-lo e enfrenta-lo.

Em todo o país, cotidianamente mais profissionais da educação, pesquisadoras e pesquisadores vêm trabalhando o assunto, mais livros vêm sendo escritos, mais programas de televisão, canais de vídeo na internet e podcasts têm sido publicados. Ou seja, existem várias formas de se apropriar da temática e de fugir das ideias engessadas, perpetuadas pelo senso comum, que insiste em discursos vazios e irrefletidos de uma suposta igualdade ou que segue preservando os privilégios de grupos historicamente

beneficiados com a estrutura do racismo. Essas ideias engessadas tentam simplificar questões que não são simples.

E o uso do termo “estrutura”, logo no início desse material, não é por acaso. Tem como intenção deixar marcada uma concepção que dará o tom deste texto: a de que o racismo em nosso país é uma das forças que estabelece os contornos do que é nossa atual sociedade. Não há como ter uma visão realista do Brasil sem que o racismo seja compreendido com uma das questões fundantes da nação, como veremos mais à frente.

Sobre esta obra, é fato que, para todas as pessoas que estudam e pesquisam um tema, é sempre um momento de muita realização poder apresentar a outras pessoas o resultado do esforço empreendido. E é nesse espírito que esta publicação, um produto originado da dissertação defendida no Programa de Mestrado Profissional em Educação da PPGMPE/UFES, com o título **Alfabetismo da Diáspora – Práticas de combate à deseducação racial no município da Serra/ES**, é agora apresentada à comunidade.

No início da pesquisa eu passei por algo que acomete muitos pesquisadores iniciantes: o desejo de abraçar o mundo e dar respostas definitivas para os grandes problemas da sociedade. Nessa situação, a orientação é fundamental para canalizar a disposição e ansiedade do pesquisador em formação. Nesse aspecto, o meu

processo de orientação com a Prof. Dra. Débora Cristina de Araujo foi fundamental para que a pesquisa tomasse forma.

Em meio às várias ideias e versões do meu projeto de pesquisa a Prof. Débora me deu a sugestão conhecer a produção teórica da pesquisadora da *Georgia State University*, Dra. Joyce E. King, através da leitura de um artigo. Foi o meu primeiro contato com o Alfabetismo da Diáspora. Essa leitura inicial me levou então a mergulhar na vasta produção desta autora e me encantou com os horizontes e possibilidades abertas a partir de então.

Sendo assim, como derivado dessa aproximação com esse referencial teórico e em diálogo com a produção de pesquisadores e pesquisadoras nacionais que contribuíram para o trabalho, este produto educacional foi idealizado. A intenção era desenvolver um material para dialogar com professoras e professores da rede de ensino municipal da Serra-ES, bem como diretoras e diretores escolares, comunidade escolar em geral e gestores e gestoras da secretaria de educação da cidade. É sempre bom lembrar que a educação das relações étnico-raciais passa por todos os envolvidos na vida escolar.

As ideias e reflexões levantadas nesse material pretendem contemplar os diversos atores da educação. Visto que o processo educativo escolar já se inicia no portão com o/a vigilante, no acolhimento da coordenação, na alimentação feita pelas mãos das

merendeiras, na zeladoria do espaço físico por meio das e dos auxiliares de serviços gerais e se estende ao corpo técnico-pedagógico, administrativo e, é claro, os/as estudantes. Todos esses segmentos da escola podem se beneficiar da reflexão sobre suas práticas e experiências vivenciadas com a questão racial.

Por isso mesmo buscaremos adotar um tom de conversa, pois como ensina a autora bell hooks<sup>1</sup>: “nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público (hooks, 2017, p. 90)”. Dessa forma, nosso objetivo é levantar pontos, provocar reflexões e colocar em perspectiva ideias cristalizadas, na maioria das vezes formadas sem maiores ponderações sobre o tema do racismo e formas de combatê-lo. O intuito principal é fazer isso sem impor uma verdade, mas apontar caminhos e possibilidades para um melhor entendimento da questão.

Obviamente, todo e qualquer trabalho que se dedique a discutir a educação das relações étnico-raciais terá um leque amplo de possibilidades e, até por isso, não conseguirá contemplar todas. Assim, a proposta deste material é somar ao que já se encontra

---

1 A autora, educadora, artista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins adotou para si o pseudônimo bell hooks, como uma forma de homenagear a avó materna, Bell Blair Hooks. A grafia com as letras iniciais minúsculas tem o objetivo, segundo ela, de tirar o foco de si e dar destaque aos temas tratados na sua escrita.

disponível, tentando trazer o debate para um ponto mais próximo da vivência diária da educação no município da Serra/ES. Com isso, a expectativa é que, ao provocar pensamentos e atitudes, novas práticas pedagógicas também sejam propostas por vocês, leitoras e leitores deste livro.

Então, nos quatro eixos apresentados neste material trataremos de propor diálogos sobre os seguintes temas: o racismo e suas implicações na educação; os diferentes papéis nesse cenário; e como o Alfabetismo da Diáspora pode apresentar alternativas para a construção de relações étnico-raciais mais equânimes no ambiente escolar. Vamos lá!





# EIXO I

*O racismo na sociedade brasileira*



No primeiro eixo falaremos um pouco sobre o racismo, especialmente no contexto brasileiro, suas implicações sociais e como as consequências podem ser notadas na educação, foco central deste material. Porém, para qualquer discussão sobre o assunto, é importante olhar para o passado a fim de entender como chegamos até aqui.

O Brasil passou boa parte de sua história, especialmente durante o século XX, lutando para reproduzir uma imagem de país não racista, onde diferentes povos viviam em harmonia e em igualdade. Uma terra onde as virtudes de cada um dos povos que aqui foram reunidos seria o componente principal de seu progresso. Objetivamente, vemos que o país investiu mais tempo criando esse mito do que agindo para que o mesmo se tornasse uma realidade.

Nosso país exportou para o mundo o mito da democracia racial, que encontrou em Gilberto Freyre, e em suas obras clássicas<sup>2</sup>, os maiores expoentes e potencializadores daquele pensamento. Em um país, ainda em busca de sua identidade entre as nações, mostrar-se

---

<sup>2</sup> Gilberto Freyre escreveu diversos livros, porém, entre suas obras clássicas em que se propunha a fazer uma leitura das características da sociedade brasileira podemos destacar: *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936). Nessas obras podemos encontrar elementos que posteriormente seriam utilizados na defesa do argumento da democracia racial no Brasil, um termo que, diga-se de passagem, não foi cunhado pelo autor, mas entendido a partir de seus escritos.

civilizado e ser exemplo para outros países era uma questão fundamental.

Porém, apesar de toda a influência dessas ideias sobre a construção do pensamento popular, esse mito teve o propósito de camuflar o racismo brasileiro, apesar da criação desse racismo ter vindo de muito antes. Em tempos como os atuais, em que temos convivido com um governo autoritário e reacionário, faz-se necessário pontuar que as raízes do racismo brasileiro não são simplistas e nem seus efeitos na nação devem ser reduzidos a uma mera questão de sensibilidade demais daqueles que são vítimas dessa prática.

É preciso entender de onde partimos para fugir da armadilha de abraçar as justificativas e soluções fáceis apresentadas pelo senso comum. Sendo assim, o primeiro ponto é considerarmos sobre que bases o nosso país foi erguido e desenvolvido. Com um sistema econômico inteiramente constituído sobre o regime de escravidão, o nosso país, desde o início, separou pessoas por grau de importância e estabeleceu limites bem definidos de quais seriam as prioridades da nação.

Hoje em dia em nosso país, observando os indicadores sociais de distribuição de renda, de pobreza, de encarceramento, de acesso a condições básicas de vida, de desemprego e de mortalidade por causas violentas, é impossível acreditar que o fato da população

negra ocupar sempre as posições mais inferiores e de maior vulnerabilidade seja apenas fruto de uma coincidência ou da falta de esforço individual, defendida por alguns entusiastas da falácia da meritocracia.

E ao mesmo tempo não é difícil entender os reais motivos: um país que teve quase quatro séculos de um duro regime de escravidão não poderia ter seguido sem as grandes cicatrizes desse período<sup>3</sup>. Mas não é incomum que quando falemos em escravidão já tenhamos desenvolvido uma “casca” que nos faz pensar nesse período com apenas uma fase qualquer da vida nacional. Mas não foi nem de perto algo normal.

É até possível que as representações midiáticas, que transformam eventos brutais como a escravidão, o holocausto e a violência diária das grandes cidades em entretenimento, tenham nos deixado um pouco amortecidos para a realidade da desumanidade

---

3 “Observa-se, assim, que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi feita via intervenção direta e decisiva do Estado e sob inspiração da ideologia racista que então se consolidava. Usando dados de 1890, Hasenbalg mostra como os imigrantes recém-chegados passaram por um rápido processo de mobilidade econômica ascendente, concentrando-se nos setores mais dinâmicos da economia. Conclui que as desigualdades observadas no processo de inclusão e mobilidade econômica devem ser explicadas não apenas como fruto de diferentes pontos de partida, mas também como reflexo de oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição” (THEODORO, 2008, p. 37-38).

do que foi o período escravagista e o tráfico negreiro no Brasil e nos outros países.

O que não podemos esquecer é que o regime de escravidão atlântica foi uma das práticas mais nefastas da humanidade, em que pessoas eram sequestradas de seus locais de origem, do meio de seus familiares, tradições e culturas para serem comercializadas como meros objetos e trabalhar forçadamente, muitas vezes até a morte, sob o jugo da constante violência física e psicológica. Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes definem assim esse regime:

---

*Seres livres em suas terras de origem, aqui foram despojados de sua humanidade através de um estatuto que fez deles apenas força animal de trabalho, coisas, mercadorias ou objetos que podiam ser comprados e vendidos; fontes de riqueza para os traficantes (vendedores) e investimentos em “máquinas animais” de trabalho para os compradores (senhores de engenhos). Foi esse o regime escravista que fez do Brasil uma espécie de sociedade dividida e organizada em duas partes desiguais (como uma sociedade de castas): uma parte formada por homens livres que, por coincidência histórica, é branca, e outra formada por escravizados que, também por coincidência histórica, é negra (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 16).*

---

Esse tráfico negroiro, que os autores definem com uma das maiores tragédias da humanidade, imprimiu diversas marcas práticas em nossa sociedade. Uma delas foi a impossibilidade do acúmulo de riqueza por parte da população negra e, posteriormente, da transferência para as gerações seguintes. No Brasil, a herança material mais constante entre os descendentes de africanos escravizados foi a pobreza.

E qual o impacto direto disso na atualidade? Você já se perguntou por que não vemos no nosso país grandes empresas familiares, de tradição secular, pertencentes a famílias negras (como é tão comum com descendentes de imigrantes alemães, italianos e de outras origens)? Para esses outros grupos a formação de patrimônio e a transferência para as demais gerações foi uma possibilidade e um privilégio que não foi estendido a negros e negras no Brasil.

Da mesma forma, podemos nos indagar do porquê das populações localizadas nas periferias e das cadeias serem predominantemente negras. Não é coincidência ou acaso: é resultado do desequilíbrio histórico das relações raciais no país. Então, quando vemos alguns defendendo que “todos somos iguais e com as mesmas oportunidades”, percebemos logo o quanto essa afirmação é vazia e mentirosa dentro da nossa sociedade.

Outro ponto fundamental para o nosso entendimento é lembrar que nossa história foi escrita, como diz a antropóloga Lilia Schwarcz (1993), como um ato de garimpagem, no qual se juntam fatos e eventos como quem procura preciosidades, para construir a narrativa desejada. Ou seja, o que nos contam, e os pontos que enfatizam não condizem, necessariamente, com a verdade.

Me lembro que nos meus tempos de aluno sempre ouvia uma narrativa triunfante da abolição da escravatura. Dava quase para ver nos olhos do professor o esforço em tentar compensar estudantes negros e negras que passavam boa parte do tempo ouvindo os relatos sobre a escravidão. Esses alunos, assim como eu, sofriam tanto vendo no livro aquelas imagens de pessoas parecidas conosco, amarradas, recebendo chibatadas e sofrendo.

Era como se fosse nossa própria alforria contar aquela história bonita de uma princesa que veio libertar, com sua caneta de pena branca, os pobres cativos africanos e seus descendentes. Para além dessa visão romantizada do 13 de maio, o que aconteceu no dia 14 de maio nunca nos foi contado. Já explico o que quero dizer. A famosa Lei Áurea, ou Lei Imperial nº 3.353 de 1888, era curta, consistia apenas de dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil”; “Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”.

Perceba o quanto a lei, sem maiores explicações ou providências, coloca fim ao já desgastado regime escravocrata, mas não prevê em seu texto nenhum plano de incorporação dessa grande população negra, antes apenas usada como força de trabalho não remunerada, na sociedade brasileira. Note que não há nenhuma previsão de compensação pelo cativo ou pelos trabalhos forçados, nem por parte do Estado brasileiro, nem dos senhores. Ou seja, houve festa no dia 13 de maio, porém no dia seguinte, o que não costumam nos contar, é que um imenso contingente de negros e negras alforriados/as foi posto nas ruas à sua própria sorte, sem dinheiro, terras, posses ou possibilidades de refazerem suas vidas.

E foi dessa forma, “simples assim”, que o Brasil tentou virar a página mais terrível de sua história. De maneira bem semelhante à de como são tratados diversos temas em nossa sociedade, deixamos de falar a respeito e assim o problema deixa de existir. Porém, pelos resultados, observamos que essa estratégia não funcionou. Além de deixar a população negra explorada desumanamente por quase 400 anos, desalentada pela falta de recursos, ainda nesse processo o país aprendeu a ser racista. Vale observar que, não apenas o processo de escravidão, mas os ciclos de desvantagens cumulativas a que a população negra foi submetida somam para a situação atual.

É justo dizer que o Brasil aprendeu a ser racista pela prática. O que vemos hoje em termos de preconceito e discriminação racial

não foi um fato natural de um povo. O psicólogo social Malcolm Gladwell, em seu livro chamado *Outliers*, fala sobre a regra das 10.000 horas. Essa teoria consiste na ideia de que quando você pratica intencionalmente algo por, pelo menos dez mil horas, você se torna especialista nessa coisa. E ainda, segundo o autor, uma vez que você se torna especialista em algo, grande parte dessa ação é feita automaticamente pelo seu subconsciente.

Com base nisso, o professor e ativista Terence Roberts, um dos estudantes do grupo que ficou conhecido como *Little Rock nine*<sup>4</sup>, usa a teoria de Gladwell, porém enquadrando-a sob ótica do racismo na sociedade estadunidense. Roberts conjecturou que, pelas suas extensas horas de treino do racismo, os Estados Unidos se tornaram especialistas na prática da discriminação contra a população negra.

Assim como naquele país, o Brasil também teve uma base econômica apoiada na escravidão. Sendo assim, seria razoável

---

4 Caso relacionado à segregação racial nos Estados Unidos. Após a decisão da Suprema Corte do país no caso *Brown vs Comissão de Educação* em 1954, a segregação nas escolas foi considerada inconstitucional e, assim, todas as escolas deveriam passar a aceitar estudantes negros. No ano de 1957 um grupo de nove estudantes foi matriculado na escola secundária Little Rock, em Arkansas. O governador do estado não aceitou a entrada dos alunos e barrou a presença deles nas aulas. Nesse episódio o presidente Dwight Eisenhower enviou soldados para acompanhar os alunos e garantir que entrassem na escola para estudar. **PARA SABER MAIS:** “1957: Escolares negros escoltados nos EUA”, disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1957-escolares-negros-escoltados-nos-eua/a-263358>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

imaginar que a regra proposta por Roberts possa ser aplicada ao nosso país também.

Então, vejamos uma curiosidade:

Caso você goste de números, a conta desse raciocínio é bem interessante.

Bom, pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas (especialmente da História) divergem acerca da data exata do início da escravidão negra no Brasil. Para Abdias Nascimento (2016, p. 58) o começo se deu por volta de 1530, com africanos chegando ao país acorrentados e desempenhando trabalhos forçados. Já Clovis Moura (1992, p. 07) situa a chegada das primeiras levas de escravizados em 1549, desembarcando no porto de São Vicente, São Paulo. Por uma margem de segurança, não vamos cravar nem uma data nem outra. Mas seguramente podemos afirmar que a escravidão durou, pelo menos, algo em torno de 340 anos, numa estimativa bastante conservadora.

Assim, podemos calcular que no período de um ano há 8.760 horas. No intervalo de 340 anos chegamos à soma de 2.978.400 horas. Não perca a conta! Se dividirmos esse número por 10.000 (horas necessárias para se tornar *expert* em algo) chegaremos a 297,84 horas. Arredondemos para 298. Esse é o número de unidades de tempos suficientes para alguém se tornar especialista em alguma coisa, segundo Gladwell e Roberts.

Assim, o Brasil ao longo do seu período escravocrata teve 298 oportunidades para se tornar um especialista no racismo contra negros e negras, e conseguiu.

É óbvio que este foi apenas um rápido exercício. Também não seria correto afirmar que com o fim da escravidão a prática do racismo acabou no país, possivelmente o contrário, na verdade. Porém essa conta, com número altos e expressivos, serve para ilustrar quanto tempo se arrastou o desumano regime da escravidão.

A construção desse racismo brasileiro, datando desde o século XVI, foi adquirindo contornos mais e mais elaborados com o passar o tempo. Além da indizível crueldade da escravidão, tanto no período anterior quanto subsequente à abolição, o país empreendeu também uma guerra legal contra a população negra, com a criação de leis e tipificações criminais<sup>5</sup> que iam de encontro especificamente aos negros, como diz a promotora do Ministério Público da Bahia, Dra. Lívia Sant’anna Vaz:

---

*O Brasil não teve leis segregacionistas como o regime Jim Crow, ou o apartheid na África do Sul. Mas não é preciso que a lei diga explicitamente que é contra o negro, nem que seja discriminatória, para produzir efeito muito semelhante. A neutralidade do sistema jurídico tem como foco o privilégio de determinado sujeito do Direito.*

---

---

**5 PARA SABER MAIS:** “Desiguais perante a Lei” matéria de João Vieira para UOL, disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/consciencia-negra/#cover> . Acesso em 03 de abril de 2021.

Foram criadas leis que proibiam negros de frequentarem a escola, leis de vadiagem para encarcerar os ex-escravizados que enchiam as ruas sem trabalho, leis para criminalizar a religiosidade africana, classificando os praticantes como feiticeiros e enquadrando-os no curandeirismo e charlatanismo. Além disso, a capoeira também foi criminalizada e o consumo do fumo de Angola foi também considerada uma contravenção sujeita a multa para brancos (livres) e um crime com punição para negros (escravizados).

Também foi criada uma lei de terras, que restringia a propriedade a quem tivesse dinheiro para a compra, o que não era o caso dos ex-cativos. Para além, o país adotou a eugenia<sup>6</sup> como meta, abrindo suas portas para que europeus viessem em massa para o Brasil, recebendo terra, subsídios e trabalho. A ideia era branquear o país, tanto que o antropólogo Roquete Pinto, em 1929, estabeleceu uma data para que o Brasil se tornasse branco: 2012 (SCHWARCZ, 2013). E essa opção de negar oportunidades aos negros nascidos aqui e abraçar os estrangeiros como sua salvação

---

6 O termo eugenia foi criado pelo cientista Francis Galton, em 1883, e significa boa geração, ou nascimento. Essa teoria afirma que a capacidade humana era adquirida hereditariamente e que certos grupos possuíam características desejáveis e não deveriam misturar-se com grupos menos nobres do ponto de vista genético. A eugenia não operou apenas na ciência, mas logo passou a ter uma dimensão política e social que justificava a segregação de certos grupos (SCHWARCZ, 1993).

**PARA SABER MAIS:** <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>

fez com que fosse impossibilitada a ascensão de uma classe média negra no Brasil.

Então, para além dessa marginalização social e econômica houve também a manipulação da opinião popular no campo simbólico. Desde muito tempo a população negra foi retratada com ruim, suja, maldosa, perigosa, preguiçosa, lasciva, enganadora, feiticeira, má e toda a sorte de qualidades negativas. A historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo, em sua obra **Onda negra, medo branco** (1987), apresenta relatos de como a subjetividade da população branca brasileira foi trabalhada no período pós-abolição em torno do medo dos negros e negras.

A autora mostra que a imprensa teve um papel chave nessa formação da percepção popular, uma vez que publicava constantemente as mais assustadoras matérias, inclusive com veracidade muito duvidosa, sempre estampando pessoas negras como vilões de altíssima maldade e periculosidade. Esses foram alguns dos expedientes usados para que o país desenvolvesse o desprezo pelos descendentes de africanos. Então, a repetição dessa suposta negatividade continuou por muito tempo. Imagine o poder de uma ideia repetida por séculos! Pense no poder que isso tem de formar a mentalidade de uma país?

Dessa forma, vemos que o que aconteceu ao longo dos séculos com a população negra explica muito da atualidade. A negação de

direitos, de cidadania, de sua cultura e de seus modos de viver se traduziu na marginalização geográfica, econômica e simbólica de hoje.

Essa foi apenas uma breve reflexão sobre como o racismo pautou e segue pautando a nossa sociedade. Uma saída para isso é o acesso à informação de base confiável. A informação é uma arma para mudar nossas atitudes e contribuir para a mudança que nosso país tanto precisa, a começar nas salas de aula das escolas em que atuamos.

À medida que conhecemos um pouco do que é a estrutura do Brasil como nação e as bases sobre as quais esse país foi fundado, mais difícil fica aceitarmos, passivamente, qualquer noção simplista e reducionista do problema que causado pelo racismo no país. Por isso, é necessário questionar essas estruturas e buscar possibilidades de avançar. Vamos em frente!





# EIXO II

*O racismo e o fazer educativo*



Agora, voltando nosso olhar para a educação, vamos pensar em quais reflexos as práticas racistas da sociedade têm nesse meio. Apesar de termos falado sobre como o racismo é uma força sobre a qual nosso país está fundado, é muito raro que você encontre pessoas que declaradamente se apresentem como racistas. E esse é um paradoxo; apesar de o racismo ser comum em nossa sociedade, a sua prática é quase que unanimemente reprovada.

Ou seja, apesar de muitas pessoas praticarem ou reproduzirem o racismo, a nossa sociedade não se considera abertamente racista. Geralmente, as coisas acontecem de forma bastante disfarçada, até para que com isso seja sempre difícil provar que um ato foi de fato racista.

Neste cenário, um outro mito floresce com muita facilidade: o de que a escola é um ambiente em que todos são iguais, tratados

igualmente e, assim, livre do racismo<sup>7</sup>. Porém, se afirmamos anteriormente que a sociedade está pautada em práticas racistas, seria possível a escola ser uma exceção nesse aspecto?

A resposta é: Não. A escola não é, nem de longe, um lugar livre do racismo. E não teria como ser assim, visto que a escola faz parte dessa sociedade. Um pensamento muito frequente, e muito equivocado, quando se considera a educação, é pensar que a escola é o lugar perfeito e que consertará todos os problemas vindos de fora.

Porém, não faz sentido pensar que as pessoas que fazem parte da escola não reproduziriam práticas usuais da sociedade. Sendo assim, o que devemos questionar é: de que forma o racismo se apresenta na educação? E mais importante, o que fazer para confrontá-lo e superá-lo? Vejamos algumas situações:

---

7 Ou, quando reconhece, atribui as práticas racistas a uma noção mais genérica de discriminação: o bullying. Como alertam Teresinha Bernardo e Regimeire Oliveira Maciel (2015, p. 199): “Daí a importância de nomear o conteúdo das agressões para diferenciá-las: homofobia, racismo, sexismo, entre outras. Isso porque o bullying não dá conta das diversas formas de discriminação ocorridas na escola. Ao contrário, torna-se instrumento discursivo que esconde as práticas racistas. Quando acionamos o bullying parece que mascaramos as causas mais profundas e nos atemos à superficialidade do problema [...]. A violência a que estão sujeitos alunos e alunas negros no cotidiano escolar está explicitada, está nos constantes insultos raciais, comumente chamados bullying. O bullying cai como uma luva no mito da democracia racial, seja na omissão da escola diante do fato, por conta do racismo institucional, seja na supervalorização simbólica da branquura”.

Tire alguns instantes e faça o seguinte exercício: tente recordar o que você aprendeu na escola sobre a África e as pessoas negras na história. Bom, eu vou arriscar a dizer que a primeira (e provavelmente mais recorrente) referência que vem à sua mente sobre pessoas negras no passado brasileiro deve ser sobre a escravidão e de como essas pessoas foram trazidas para o Brasil para trabalhar com serviços braçais, pesados e forçados. Seguindo, arrisco a dizer que a forma como a África foi retratada para você como um lugar de muita pobreza, conflitos, atraso e doenças. Acertei?

Provavelmente sim, até porque essa foi e, infelizmente continua sendo, a maneira como esses temas são tratados na escola. E ao pensarmos sobre tal forma de ensinar podemos questionar: Essa é toda a história? Além disso, há outro questionamento importante a ser feito; como essas versões da história formam a mentalidade de alunos e alunas na escola?

Pensando em situações assim, a pesquisadora Joyce E. King<sup>8</sup> elaborou um conceito chamado de **Alfabetismo da Diáspora**, no qual, através de algumas bases teórico-metodológicas, ela propõe modos de ver e entender a questão étnico-racial na educação de uma maneira diferente do modelo que geralmente domina os sistemas de ensino: eurocentrado e pautado na branquitude.

O entendimento da proposta de King pode partir de uma das ideias que mobiliza o Alfabetismo da Diáspora: “Nossa história não começa com a escravização, mas com as origens da humanidade na África” (KING, 2017, p. 5). Com isso, retomamos a ideia anterior de que a maneira como a história é contada é determinante para a imagem que vai ser criada de um povo, de sua cultura e de seu modo de viver.

---

8 Joyce E. King é Ph.D. em Fundamentos sociais da educação e Bacharel em sociologia pela Stanford University. Certificada pela Harvard Institute in Educational Management. Desde 2004, King faz parte do corpo docente da Georgia State University, onde detém a Cátedra Benjamin E. Mays de Ensino, Aprendizagem e Liderança Urbana. Seus interesses de pesquisa incluem o papel do conhecimento cultural, mudança curricular e educação global.

Ela descreve sua pesquisa e escrita como “focada na alienação e consciência, conhecimento centrado na cultura, ideologia e hegemonia, preconceito na pesquisa, currículo e conhecimento escolar. (...) Minha pesquisa e ensino podem ser vistos como um processo contínuo e sistemático estudo de como a memória cultural coletiva, que é uma forma de conhecimento popular, e a orientação histórica podem ser mobilizadas para abordar problemas na educação e na sociedade. (KING, 2015, p. 44)”

De certa forma, ficou convencionado que ao se falar da história e cultura africana e afro-brasileira alguns pontos, e só alguns pontos, fossem destacados e que diversos outros fossem apagados ou suprimidos. Então, o que eu quero dizer é que não houve escravidão ou que não há pobreza e doenças no continente africano? A resposta obviamente é não. Não se nega que sejam partes da história desse continente, porém, elas apontam apenas para uma parte da verdade.

A escritora nigeriana Chimamanda Adiche, em uma palestra em 2009<sup>9</sup>, fala sobre estereótipos e menciona que o problema com eles não é que sejam mentira, mas que sejam incompletos<sup>10</sup>. Isso quer dizer que por mais que se fale das questões problemáticas e trágicas do continente africano, é injusto criar uma versão em que só existam essas coisas problemáticas e trágicas.

E pensando nos nossos alunos e alunas negros e negras, é razoável imaginar que vão se sentir identificados com um lugar e um povo que é retratado apenas negativamente? É muito mais provável que alunos e alunas brancos se identifiquem bem com sua origem

---

9 Esta palestra ministrada por Chimamanda Ngozi Adiche, em julho de 2009, é uma das mais assistidas da plataforma TED.COM com mais de 27 milhões de visualizações além das diversas referências que se fazem a ela desde então. A palestra foi publicada posteriormente em livro.

10 **PARA SABER MAIS:** recomendamos a palestra: “O perigo da História única” que se encontra disponível em:  
[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story)

européia, visto que, em geral, a forma com que são retratados esses povos destaca suas contribuições importantes para a humanidade, suas virtudes, suas tradições e culturas consideradas bonitas e valorizadas.

Por isso, o Alfabetismo da Diáspora tem como intenção abrir espaço para outras histórias não contadas. Por exemplo, ao contrário de quando estudamos a Europa (e vemos que cada nação tem sua história e suas características marcantes), quando estudamos a África a noção que temos é de que estamos falando de um ‘país’ apenas, um bloco continental que apresenta histórias e tradições iguais e unitárias.

Em geral, quando se fala sobre a África ela é retratada como se fosse um país, e não um continente. Em grande parte, esse fato se deve à forma como se deu a invasão e divisão do continente pelos europeus movidos por sua ambição colonial. É lamentável que os diversos países, que possuem também variados povos e diferentes grupos étnicos, com suas histórias e tradições, sejam retratados tão erroneamente. A visão que prevalece é de um lugar atrasado, miserável e sem contribuições significativas para a humanidade.

Sobre esse estereótipo da África, a pesquisadora Elisa Larkin do Nascimento (2008, p. 45) afirma que:

---

*A África nunca se reduziu a um viveiro de povos isolados, perdidos na selva e ocupados com a pesca e caça, imagem que certa linha de pesquisa na antropologia ajudou a reforçar.*

---

Entre outros fatos não contados na narrativa escolar que recebemos a respeito da África e dos africanos, podemos dizer que ao invés da ideia de povos primitivos e sem história, os africanos dominavam diversas ciências, técnicas e habilidades com alto grau de refinamento e maestria. Entre estes fatos ocultados podemos citar o domínio de técnicas de escrita. Diversos povos apresentavam formas de representações gráficas e complexas organizações fonéticas há milhares de anos, o que demonstrava o grau de sofisticação linguística desses grupos (NASCIMENTO, 2008).

Também há registros de que civilizações africanas tinham amplo domínio de técnicas de agricultura, da agropecuária, de metalurgia, de astronomia, de matemática, engenharia e filosofia. A medicina também era um campo bastante desenvolvido. Há relatos de procedimentos complexos, como nos trechos abaixo (NASCIMENTO, 2008, p. 40, 41):

---

*O cirurgião inglês R. W. Felkin visitou, em 1879, a região africana hoje conhecida como Uganda e testemunhou uma cesariana feita por médicos do povo banyoro, que demonstravam conhecimento de conceitos e técnicas com assepsia, anestesia, hematóse, cauterização e outros.*

*Há indícios de que os antigos egípcios operavam tumores cerebrais e removiam cataratas. Outros povos africanos também conheciam variados procedimentos na antiguidade e no período pré-colonial.*

*O saber médico do Egito tem como referência o cientista egípcio Imhotep, que desenvolvia importantes trabalhos em cerca de 2800 a.C.*

---

Com esses exemplos já podemos ver diversos pontos que o conhecimento escolar omitiu no nosso processo de aprendizagem<sup>11</sup>. E como faz diferença o ponto que se começa a contar a história! Eu, por exemplo gostaria de ter aprendido na escola que meus ancestrais eram excelentes matemáticos (área que já confessei ter pouquíssima

---

11 **PARA SABER MAIS:** Veja o belíssimo samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira: É a história que a história não conta: <https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/> - acesso em maio 2021

intimidade). Quem sabe isso tivesse me motivado a tentar um pouquinho mais...

Eu também gostaria de ter aprendido que os povos africanos, dos quais eu sou descendente, eram excelentes em diversas coisas. Teria sido importante saber que as técnicas empregadas no desenvolvimento do nosso país não foram ensinadas pelos portugueses aos escravizados, mas sim trazidas com eles do continente africano, onde já empregavam milenarmente algumas dessas habilidades.

Da mesma forma, também teria sido muito importante saber que os que vieram para cá **escravizados** não eram **escravos**<sup>12</sup>, foram colocados nessa posição. Eram, na verdade, originalmente pessoas livres, que tinham ofícios e papéis importantes em suas comunidades; às vezes eram até mesmo reis e rainhas, e que foram arrancados de sua terra, família, costumes e forçados a vir para cá e se desligarem de toda sua história.

Enfim, o meu ponto aqui é mostrar o quanto a nossa maneira de ensinar, com os estereótipos e apagamentos, pode ser tão

---

12 Há uma diferença entre os termos escravo e escravizado. Dagoberto José Fonseca (2009, p. 13) nos informa que: “Não podemos dizer que os indivíduos simplesmente nascem, crescem e morrem escravos, pobres e marginais sem que haja sistemas de espoliação, exploração, expropriação e marginalização operando política, econômica, cultural, simbólica e psicologicamente na sociedade.”

prejudicial para os nossos alunos e alunas. E digo isso não me referindo apenas aos estudantes negros e negras, mas aos alunos e alunas de maneira geral, pois, como menciona a pesquisadora Eliane Cavalleiro (2000), um ritual pedagógico que ignora determinados aspectos educacionais importantes pode comprometer o desenvolvimento de crianças e adolescentes negras e negros, bem como contribuir para a formação de um sentimento de superioridade por parte dos estudantes brancos.

Pensemos em quanto faz diferença apresentar aos estudantes outros aspectos da história. É isso que no Alfabetismo da Diáspora é chamado de **Conhecimento da Herança Cultural**. Esse conhecimento não só é importante para o desenvolvimento da autoestima de alunos e alunas negros e negras, mas é um direito essencial na educação. Com isso, evita-se que seja ensinada uma história única que, como afirma Chimamanda Adiche, tem como consequência o roubo da dignidade das pessoas, tornando difícil o reconhecimento da humanidade comum a todos (ADICHE, 2019).

E em que implicou essa falta de conhecimento da cultura e das virtudes de um povo, povo esse que representa parcela tão grande da população brasileira? Podemos entender que, ao colocar-se esse grupo no papel de marginal, sem história e sem realizações positivas, um sentimento antiafricano foi gestado em nossa sociedade.

E esse sentimento é que muitas vezes nos faz ver sempre com muitas ressalvas aquilo que vem ou faz referência à cultura africana. Seja nas questões relacionadas às formas de religiosidade – que são comumente demonizadas – ou também quando outras questões não religiosas que trazem traços africanos ou afro-brasileiros e são discriminadas e estigmatizadas. E tudo isso também acontece na educação.

Então, uma proposta do Alfabetismo da Diáspora é agir contra o desconhecimento de nossa memória coletiva e dos feitos de nossos ancestrais que, segundo Joyce King, enfraquece nossa humanidade. O caminho para uma educação emancipadora passa também por oferecer a oportunidade a todas as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem (docentes e discentes) de conhecer as virtudes de seus antepassados africanos e, assim, compreender também a sua capacidade de realizar coisas grandes e bonitas.

No Alfabetismo da Diáspora, um dos conceitos em que se baseia é o do **Racismo Desconsciente**, que seria um entendimento limitado ou distorcido acerca de questões de ordem racial e social, que resulta em uma incapacidade de entender e valorizar aspectos inerentes a outros grupos, aqui no caso os descendentes de africanos. E essa forma de pensar pode ser vivenciada por diversas pessoas.

E note: não estamos aqui falando de pessoas racistas! Na verdade, estamos falando até mesmo de pessoas que rejeitam veementemente o racismo e que gostariam de uma sociedade mais igualitária. Porém, mesmo assim, sua visão de mundo foi tão profundamente pautada nos padrões e valores de uma branquitude excludente e opressora que necessitam de um processo ativo de desconstrução de estereótipos e ideias pré-concebidas negativamente para a quebra dessa visão limitada de modos de ser e de viver.

Quando temos uma maneira de ver o outro com características e possibilidades limitadas e reduzidas, tal percepção pode influenciar no modo com que interagimos com as pessoas e, no nosso caso em especial, com nossas e nossos estudantes. Com isso, mesmo que de forma não consciente, nossa atenção, nossos afetos, demandas, estímulos e expectativas podem estar sendo moldados por esse entendimento distorcido do “outro” e de seus valores.

---

*E como podemos educar para a igualdade quando nem mesmo nós educadores/as alcançamos uma forma de enxergar todos os nossos alunos e alunas com suas potencialidades e peculiaridades?*

---

A mera apresentação de informações, de fatos sociais e históricos não necessariamente muda a forma de pensar das pessoas.

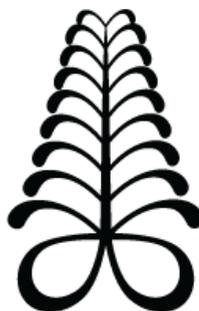
Dessa forma, no Alfabetismo da Diáspora, Joyce King não buscou apenas juntar um monte de informações e “colocá-las nas cabeças” de professoras e professores. O que ela buscou, com os fundamentos teóricos com que trabalha, foi provocar educadoras e educadores para uma visão pedagógica crítica, voltada para a liberdade humana, não de forma impositiva, mas aguçando a habilidade de pensar criticamente sobre suas próprias identidades como profissionais da educação e a forma como a realidade social a implica as suas vidas e de seus alunos e alunas.

Quando fazemos esse exercício de pensar nos conteúdos e currículos de acordo com as particularidades de nossas alunas e alunos, veremos que não faz sentido falar com sem falar delas e deles. Entenderemos que não há como um município com, pelo menos, 70% de matriculados<sup>13</sup> declarados negros abordar a questão étnico-racial de maneira vaga ou só nas datas obrigatórias. Teremos a capacidade de entender que não há como falar para estudantes do município da Serra-ES sem relacionar os conteúdos com a riquíssima história e herança negra africana na cidade.

---

13 De acordo com dados do Censo Escolar 2019 - SEDU/GEIA/SEE, dentre os 64.790 alunos/as matriculados/as nas 139 unidades de ensino da cidade, havia 45.541 estudantes declarados como negros. Esse número representa 70% dos matriculados na rede, ignorando ainda os 5.611 alunos/as aos quais não consta declaração de cor/raça na matrícula escolar.

Assim, na condição de educadores e educadoras temos um compromisso de buscar a transformação de nossas práticas de ensino, pois nossa obrigação moral (KING, 2006), que nesse contexto de racismo e discriminação é combater a deseducação e garantir aos nossos educandos e educandas o direito de uma formação integral, que traga à centralidade sua história, as realizações positivas de seus antepassados e seus modos de viver, reforçando assim sua identidade como detentores de uma bela e rica herança cultural.





# EIXO III

*Os papéis da família, da escola e docentes  
na questão étnico-racial*

Na formação das crianças e adolescentes existem vários fatores e atores que contribuem decisivamente para a construção de suas identidades. Comportamentos, crenças e valores são, desde muito cedo, transmitidos e, naturalmente, reproduzidos na vida adulta. Nesse processo, vamos focar em três instâncias de referência: a família, a escola e as educadoras e os educadores.

Uma parte significativa da identidade da criança será modelada na observação de sua família e aqueles próximos a ela. Com isso, comportamentos usuais desse grupo familiar serão observados e compreendidos pela criança como o padrão esperado de comportamento, visto que é praticado por pessoas com quem ela tem um vínculo que, além do afeto, passa também pela credibilidade de quem “sabe o que faz”.

Então, por exemplo, se formada em um ambiente **onde o racismo é uma prática naturalizada**, a criança irá cristalizar em si tal prática como a forma correta de agir em sociedade e, além de ter essa percepção, inevitavelmente reproduzirá tal comportamento. Pequenos comportamentos do dia a dia (como as falas preconceituosas e piadas racistas), por mais que possam parecer inofensivas às pessoas adultas que as utilizam, ficam marcadas no subconsciente das crianças.

A **religiosidade familiar** também pode ser um dos meios de propagação de preconceitos. Mesmo uma família que não se considere racista pode, inconscientemente, por conta de uma religiosidade que condena e demoniza outros modos de viver, agir sob a influência do racismo em diversas situações. Vamos exemplificar: quando se associa princípios religiosos de matriz africana a demônios e ao ocultismo isso é uma forma preconceituosa, diretamente influenciada pelo racismo, de tratar um aspecto da diversidade humana.

Discriminar uma forma diferente de religiosidade, geralmente sem conhecer, é algo bastante negativo. E o efeito é ainda maior quando extrapola a religião e se torna um preconceito contra tudo o que é relacionado com a cultura africana e afro-brasileira. Isso deixará marcado na mente da criança que tudo relacionado àquele assunto é ruim e essa percepção será perpetuada na idade adulta.

Além das ações e comportamentos que a criança espelha de seus familiares, há também todo o restante a que a criança é exposta. **Desenhos, literatura, programas de TV, canais de vídeos na internet**, tudo isso também contribui para a construção da subjetividade da criança. Muitas vezes a falta de filtro sobre o que as crianças são expostas pode reforçar padrões que, se não abertamente racistas, incutem em suas mentes modelos sociais

hierárquicos, de beleza e de comportamento que, frequentemente, negam e apagam a existência de negros e negras.

Há também, por outro lado, um tipo de socialização que ocorre com algumas famílias negras. Em geral, aquelas em que há a consciência do racismo e dos seus males às pessoas negras, as famílias preparam suas crianças com reforços positivos quanto à negritude, ressaltando constantemente sua beleza, sua inteligência e suas habilidades. Além disso, à medida em que as crianças vão crescendo, sutilmente as famílias vão incutindo alguns conselhos de como agir numa sociedade que vê pessoas negras diferente. Um trecho de uma música do grupo Racionais MC's (2006) resume esse pensamento:

---

*Desde cedo a mãe da gente fala assim: 'Filho, por você ser preto  
você tem que ser duas vezes melhor'.*

---

Porém, essa bolha de carinho e proteção, em que a criança negra é isolada do racismo e recebe estímulos positivos quanto à sua identidade, não é capaz de protegê-la quando chega à escola. O que ocorre, para muitas crianças, é um choque, ao perceber que em casa era bonita, inteligente e paparicada por todas as pessoas a sua volta, e na escola a coisa não é bem assim. A dureza dos primeiros contatos

com essa novidade de “ser diferente” pode confundí-la e criar bloqueios na sua chegada à escola.

É bastante comum, conversando com pessoas negras adultas, que você ouça relatos de situações que marcaram seus percursos escolares de forma dolorosa por questões de racismo. Seja no relacionamento com colegas, os apelidos, as “piadinhas” ou por alguma ação (ou falta de ação) de um professor ou professora, crianças negras tiveram na escola um lugar de desgaste e dor.

Por isso é necessário que a escola esteja apta a acolher essas crianças e ter um ambiente em que o racismo seja enfrentado e que questões que afetem a autoestima de estudantes negros e negras, e criem um sentimento de superioridade de crianças brancas, sejam trabalhadas de forma constante.

Nesse contexto, a escola não pode adotar uma postura acrítica socialmente e supostamente igualitária, fechando os olhos para situações de racismo que ocorrem neste espaço. A cada vez que não se observa e não há mediação dos conflitos, mais espaço há para que se reforce na escola os padrões racistas em prática na sociedade.

E estar com os olhos abertos para a educação das relações étnico-raciais não é apenas uma questão de inclusão. Soa estranho falarmos ainda hoje sobre incluir negros e negras, sua cultura, história e modos de viver no processo educativo e no currículo

escolar sendo que estes são a grande maioria dos que encontramos nos bancos das escolas públicas.

Vale lembrar que, resgatando a ideia importância da socialização e formação da identidade, a escola apresentará para a criança um modelo micro de sociedade. Caso as desigualdades, hierarquias e preconceitos sejam normalizados e não combatidos no ambiente escolar, isso pode fazer com que elas internalizem essa ordem como o padrão e sejam condicionadas a aceitar e reproduzir tais práticas.

Para tanto, a escola precisa mudar seu discurso, uma vez que muitas situações no seu cotidiano podem reforçar uma educação que não emancipa e nem rompe com os padrões hegemônicos já estabelecidos. Vejamos algumas dessas situações:

- **O material didático:** Muitos de nós tivemos nosso percurso escolar marcado por materiais didáticos e pedagógicos que apresentavam apenas um padrão. As fotos e ilustrações nos livros traziam quase que exclusivamente pessoas brancas, parecendo até que o nosso país se constituía apenas dessas pessoas. As únicas referências a pessoas negras eram imagens relacionadas à escravidão e ao período colonial brasileiro. Algo frequente também era que os materiais de apoio também seguissem esse mesmo

padrão. É necessário que seja um compromisso da escola de fazer escolhas positivas de materiais que abordem a diversidade e que apresentem as populações negras e indígenas também em posições positivas e valorizadoras.

- **As representações imagéticas no ambiente escolar:** É muito importante que alunos e alunas tenham disponíveis imagens positivas nas quais se vejam e se reconheçam. Com relação a isso, é importante que se adote um olhar atento à representatividade nos espaços escolares: observando se os cartazes, desenhos e fotos distribuídos pelo ambiente contemplam positivamente a diversidade étnico-racial. Muitas vezes temos escolas repletas de crianças negras e nas paredes e portas de salas só vemos aqueles desenhos de crianças ‘bege claro’, com cabelos amarelos e olhos azuis ou verdes, em nada refletindo a maioria das/os estudantes das salas de aula.
- **Representações culturais que dialoguem com as/os estudantes:** um dos pontos em que muitas vezes a escola se distancia dos seus alunos e alunas é na escolha de representações culturais que inclui nas

práticas. Não é incomum que professores e professoras adotem elementos culturais mais pensados em relação à sua experiência e gostos pessoais do que exatamente aquilo que estabelece um diálogo relevante com os/as estudantes. Por exemplo, ao trabalhar com músicas, por mais riqueza presente em obras de Chico Buarque, ou algum outro grande nome da MPB, isso pode soar aos ouvidos de nossos alunos e alunas como chato ou ultrapassado e gerar desinteresse. Ao passo que trabalhar com algo como *Hip Hop*, por exemplo, que pode apresentar uma maior identificação com a realidade que eles conhecem, tanto linguisticamente como em experiências de vida, provavelmente fará muito mais sentido e criará muito mais interesse e engajamento por parte dos alunos. Isso também se aplica a outras expressões culturais que muitas vezes não são nem consideradas como possibilidades educativas pelos vários preconceitos que nós, profissionais da educação, por vezes temos. É necessário tentar “furar” a nossa “bolha cultural” e entender o que conecta, de fato, nossos alunos e alunas com coisas relevantes a eles/as e suas

respectivas comunidades. É preciso enxergar com outros olhos expressões como: *junk*, *hip hop*, batalha de rima (*slam*), *break*, *grafitti*, samba, congo, ticumbi e tantos outros elementos que, mesmo que não forem necessariamente apreciados pelos professores e professoras, podem ser a chave para a participação e interesse de muitos estudantes.

- **Os heróis e personalidades celebradas na escola:** Algo que é sempre muito importante para a construção da identidade e da autoestima é a identificação com modelos positivos, admiráveis e com notada importância na sociedade. Agora pensemos: qual é a mensagem passada às nossas crianças e adolescentes negros e negras na escola se apenas são apresentadas pessoas notáveis brancas e de descendência europeia? Voltamos ao ponto abordado no início desse material! Quando se apagam as realizações de um grupo e se amplificam, desproporcionalmente, as de outro, isso forma na mente em desenvolvimento de nossos alunos e alunas a falsa impressão de um povo totalmente virtuoso e outro totalmente desprovido de virtudes. E não estamos aqui falando de “forçar a barra” para

inventar heróis e heroínas negros. A proposta é somente tirar tantas personalidades importantes e ilustres da sombra do apagamento a que são muitas vezes intencionalmente colocados. Um exemplo: você sabia que o Brasil tem um monumento, que funciona como um museu, chamado de [Panteão da Pátria e da Liberdade](#)<sup>15</sup>, dedicado a honrar a memória de heróis e heroínas brasileiros? Nesse panteão há o Livro de Aço, em que constam os nomes de cerca de 50 brasileiros e brasileiras notáveis da história nacional, e entre eles há importantes personagens negros e negras como: Zumbi dos Palmares, Machado de Assis, Luís Gama, Dandara, Luiza Mahin, Maria Felipa, Francisco José do Nascimento e Henrique Dias. Provavelmente você não conheça todos os nomes da lista e, quem sabe, nem mesmo a maioria. Isso reforça o ponto que queremos ressaltar: Não aprendemos muito sobre pessoas negras importantes! Com exceção do

---

<sup>15</sup> **PARA SABER MAIS:** O Panteão da Pátria e Liberdade: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pante%C3%A3o\\_da\\_P%C3%A1tria\\_e\\_da\\_Liberdade\\_Tancredo\\_Neves](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pante%C3%A3o_da_P%C3%A1tria_e_da_Liberdade_Tancredo_Neves) e veja também: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2018/12/12/mais-21-herois-e-heroinas-sao-inscritos-no-livro-de-aco-no-panteao-da-patria/>

esporte e da música poucas são as personalidades negras que têm seu nome reverenciado no Brasil. Por isso, é extremamente necessário mudar essa abordagem escolar para que nossos alunos e alunas tenham imagens positivas na história para se espelharem.

- **A armadilha da obrigação:** Infelizmente, muitas escolas apenas desenvolvem atividades relacionadas à educação das relações étnico-raciais pelo fato da obrigatoriedade prevista em lei e, dessa forma, se comprometem a fazer o mínimo para cumprir essa determinação legal. Com isso, não incorporam à vivência da escola atitudes e práticas que efetivamente visem a transformação da escola num ambiente antirracista e que contemple a todos os/as estudantes e docentes. Nesse aspecto, é importante que haja diálogo sobre a questão racial e a busca pela formação continuada no assunto, o que não precisa depender exclusivamente de iniciativas da rede municipal, elas podem partir do grupo de professores e professoras ou do corpo técnico pedagógico da unidade de ensino. Hoje em dia há mais pessoas envolvidas com a pesquisa na área de

Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), e em geral essas pessoas podem contribuir com momentos formativos nas escolas. No caso específico do município da Serra, a Secretaria de Educação conta com uma Coordenação de Estudos Étnico-Raciais (CEER) que também tem a função de assessoramento às escolas quanto a essas questões. Sendo assim, existem formas de fazer com que a escola ultrapasse essa dinâmica de ações exclusivamente feitas pela obrigatoriedade. Por outro lado, em situações em que os/as profissionais encontrem entraves para trabalhar a temática, a questão legal e da obrigatoriedade oferecem respaldo para não desistir em face a dificuldades.

- **A intromissão de preconceitos da comunidade no espaço escolar:** Muitas escolas sofrem pressões de membros da comunidade em que estão inseridas no sentido de interferir em práticas adotadas pela escola com base em preconceitos. Em geral, essas pressões têm como pano de fundo questões associadas à religiosidade, ou melhor, ao racismo

religioso<sup>16</sup>, uma vez que a maioria das situações observadas são relacionadas à discriminação contra aspectos da religiosidade de matriz africana, e não se apresentam com a mesma forma e intensidade contra outras expressões religiosas de outras origens. E isso não ocorre apenas com relação à religiosidade. As pesquisadoras Ariane Celestino Meireles e Sarita Faustino dos Santos (2020, p. 9) relatam que: “[...] ainda na ausência de pessoas adeptas das religiões de matriz africana, o racismo religioso se manifesta. A África, as pessoas africanas e afro-brasileiras, a literatura, indumentária, tambores, berimbaus ou qualquer traço simbólico de negritude na escola muitas vezes recebem rejeição por serem relacionados *ao perigo, ao mal, ao pecado*”. Sendo assim, cabe à escola não ceder a intromissões, internas ou externas, que se coloquem como impeditivos à adoção de práticas étnico-raciais

---

<sup>16</sup> Para entender o uso do termo Racismo Religioso, de acordo com Wanderson Flor do Nascimento (2017) o termo intolerância religiosa “[...] não recobre todas as nuances do fenômeno de ataque às tradições de matrizes africanas em nosso país” (2017, p. 55), especialmente pelas dinâmicas peculiares dos ataques a essas tradições. Por isso, ele defende que uma categorização desse fenômeno é necessária para que se tracem estratégias mais eficazes de enfrentamento do problema.

positivas na educação, uma vez que essa exclusão/discriminação nega aos estudantes o acesso a pontos importantes de sua herança cultural.

Os educadores e educadoras também desempenham um papel muito importante na vivência escolar e na promoção de uma educação antirracista e que ofereça um ambiente acolhedor e incentivador a todos os alunos e alunas. Uma das funções docentes é a de mediar as relações raciais na sala de aula, tanto na intervenção nos casos de conflito, quanto ativamente com práticas educativas que contemplem a diversidade étnico-racial façam parte da rotina e da dinâmica escolar.

Um dos grandes problemas que acontecem na escola é a não intervenção, ou a intervenção inadequada, em situações de conflito envolvendo questões de racismo. Infelizmente, muitos professores e professoras consideram esses conflitos como naturais e minimizam as reclamações de estudantes que se sentem ofendidos com piadas, comentários depreciativos e ofensas feitas por outros alunos e alunas baseadas na raça. Com isso, à medida que a criança ou adolescente reclama de um incômodo e é ignorada, uma tendência é se fechar e se silenciar sobre a questão; a outra é reagir, às vezes violentamente, à discriminação sofrida, além de perder a confiança no/a professor/a, visto que não o/a ajuda no momento

em que se sente vulnerável, e não dá importância a coisas que os fazem se sentirem mal.

E um outro fator que muitas vezes não é levado em consideração é que parte do fracasso escolar de alguns e algumas estudantes se deve também a efeitos provocados pelo racismo. Pessoas têm diferentes níveis de tolerância a situações de racismo, que provocam baixas consideráveis na autoestima e, com isso também o desinteresse, ou a dificuldade, em conviver no ambiente escolar. Não é incomum alguns dos alunos tidos como “problema”, sejam na escola ou fora dela, vítimas de práticas de rebaixamento como pessoa por causa do racismo.

Com isso, cabe também atenção aos afetos distribuídos no cotidiano, visto que a forma como nós nos dirigimos, falamos, incentivamos, repreendemos, censuramos e premiamos nossos alunos e alunas afeta-os diretamente. E é de se esperar, naturalmente, que tenhamos mais facilidade na afetividade do tratamento a estudantes que são considerados bons e tratar diferente aqueles considerados problemáticos. Assim, é muito provável que um aluno ou aluna muito introvertido ou muito conflituoso, que pode ser objeto de racismo nas relações com seus colegas, ainda receba menos afetos e atenção de seu professor/a por conta de seu comportamento.

Então, é preciso assumirmos uma atitude acolhedora e consciente de distribuição de afetos com todos os alunos e alunas, além de tentar entender suas particularidades, fazendo as intervenções necessárias no ambiente escolar, incentivando o reforço positivo de sua autoestima e identidade. Não podemos agir para reproduzir preconceitos e estereótipos que provocam sentimentos de inferioridade nas nossas crianças e adolescentes.

É válido considerar que nem sempre sentimos segurança para fazer intervenções em situações raciais conflituosas, mas alegar desconhecimento da questão, com tantas possibilidades de aprendizagem e informação, é algo que já não cabe nos dias de hoje, se é que algum dia já foi aceitável. Na condição de docentes, somos constantes estudantes em formação! E para abordar questões raciais na sala de aula não é necessário criar momentos artificiais. Uma simples leitura da nossa sociedade e dos acontecimentos diários já pode abrir oportunidade para o debate e aguçar o pensamento crítico com relação ao tema.

Fato é que o racismo não é uma questão possa ser silenciada ou simplesmente não abordada por algum desconforto que possa causar. Esse é um tema que precisa ser encarado de frente, com sensibilidade, atenção e ações concretas para que nossas escolas e salas de aula não sejam ambientes de perpetuação das dores causadas pelo racismo, mas lugares que mostrem caminhos e possibilidades para uma vivência mais igualitária.





# EIXO IV

*Referências e indicações*

Neste eixo apresentaremos uma seleção de referências e fontes que poderão tanto ser usadas em sala de aula (conforme as possibilidades de cada localidade) como poderão ser utilizadas pelo/a educador/a que sentir vontade ou necessidade de aprofundar seu conhecimento nas questões do racismo, antirracismo, EREER, feminismo negro e outros temas que atravessam a temática racial.

Essa seleção é um compilado de indicações de filmes, séries, documentários, livros teóricos, de literatura adulta, juvenil e infantil. Também constam nesta lista algumas mídias como podcasts, web séries e canais de vídeo, como o YouTube e Ted.com.

As referências foram colhidas através de generosas contribuições de professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras, artistas e especialistas em literatura e



comunicação audiovisual que tem as questões étnico-raciais como pautas de seus trabalhos e pesquisas.

Cabe destacar aqui, com grande agradecimento, as contribuições para a elaboração desse material. Cito as pessoas que muito gentilmente responderam ao questionário de pesquisa: Daniele Santos Alacrino, Tatiana Rosa, Sarita Faustino, Adriano Domingos

Monteiro, Sonia Dalva Pereira da Silva, Mara Pereira dos Santos e Ariane Celestino Meireles. Além das contribuições da minha orientadora Prof. Dra. Débora Cristina de Araujo.

Na versão em PDF várias das referências possuem links para maiores informações sobre o conteúdo. Basta clicar sobre os itens para ser direcionado. É nossa intenção que essa produção possa alcançar e ser uma ferramenta útil para vários educadores. Dessa forma, sinta-se livre para compartilhar este material e fazer esse conhecimento circular!

**Atenção:** As menções às plataformas de streaming que disponibilizam um filme, seriado ou documentário são referentes ao período em que este material foi desenvolvido. As grades dos serviços passam por reformulações constantes, assim, é possível que alguns títulos já não estejam disponíveis no momento da leitura.

## FILMES



**Título:** Selma - Uma luta pela igualdade

**Ano:** 2014

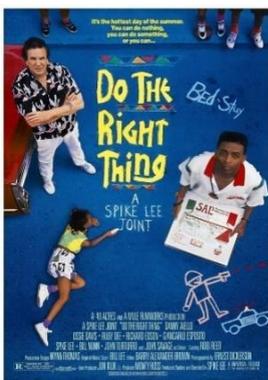
**Direção:** Ava DuVernay



**Título:** Corra!

**Ano:** 2017

**Direção:** Jordan Peele



**Título:** Faça a Coisa Certa

**Ano:** 1989

**Direção:** Spike Lee



**Título:** American Son

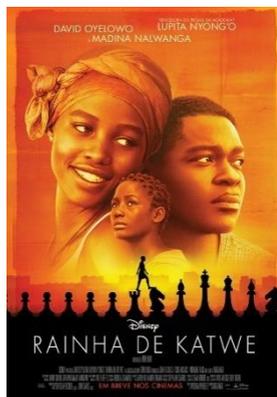
**Ano:** 2019

**Direção:** Kenny Leon





**Título:** O ódio que você semeia  
**Ano:** 2018  
**Direção:** George Tillman Jr.



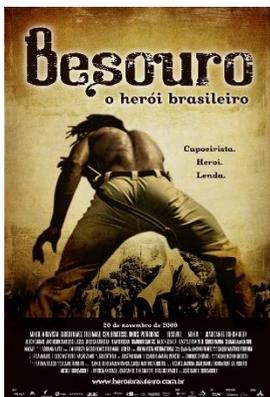
**Título:** Rainha de Katwe  
**Ano:** 2016  
**Direção:** Mira Nair



**Título:** Estrelas Além do Tempo  
**Ano:** 2016  
**Direção:** Theodore Melfi



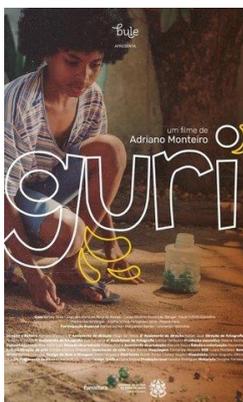
**Título:** Dois Estranhos  
**Ano:** 2020  
**Direção:** Travon Free, Martin Desmond Roe



**Título:** Besouro  
**Ano:** 2009  
**Direção:** João Daniel Tikhomiroff



**Título:** Branco sai, preto fica  
**Ano:** 2014  
**Direção:** Adirley Queirós

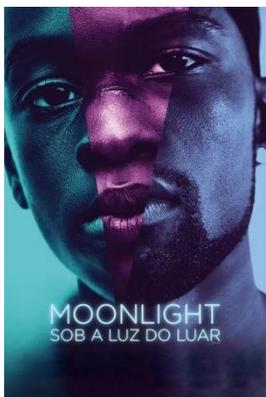


**Título:** Guri  
**Ano:** 2019  
**Direção:** Adriano Monteiro



**Título:** M-8 Quando a morte socorre a vida  
**Ano:** 2019  
**Direção:** Jeferson De

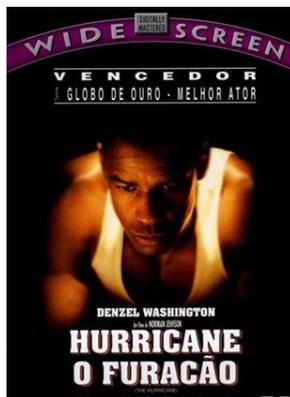




**Título:** Moonlight: Sob a Luz do Luar

**Ano:** 2016

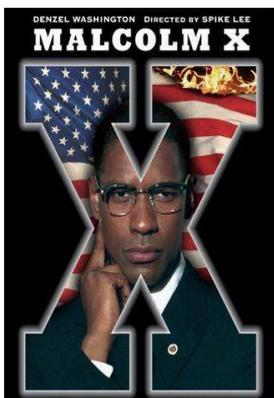
**Direção:** Barry Jenkins



**Título:** Hurricane - O furacão

**Ano:** 1999

**Direção:** Norman Jewison



**Título:** Malcolm X

**Ano:** 1992

**Direção:** Spike Lee



**Título:** Marshall -  
Igualdade e Justiça

**Ano:** 2017

**Direção:** Reginald Hudlin



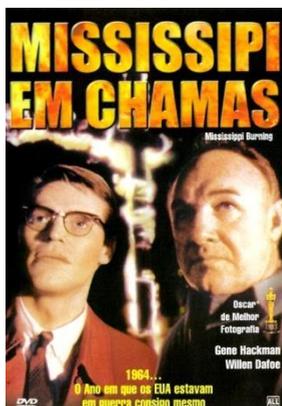
**Título:** Pantera Negra  
**Ano:** 2018  
**Direção:** Ryan Coogler



**Título:** Fruitvale Station -  
A última parada  
**Ano:** 2013  
**Direção:** Ryan Coogler



**Título:** Luta por Justiça  
**Ano:** 2019  
**Direção:** Destin Cretton



**Título:** Mississippi em Chamas  
**Ano:** 1988  
**Direção:** Alan Parker



**Título:** Quanto vale ou é por quilo?

**Ano:** 2005

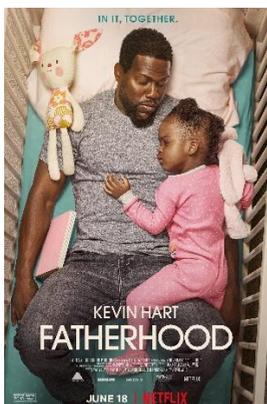
**Direção:** Sérgio Bianchi



**Título:** Filhas do vento

**Ano:** 2005

**Direção:** Joel Zito



**Título:** Paternidade

**Ano:** 2021

**Direção:** Paul Weitz



## SERIADOS

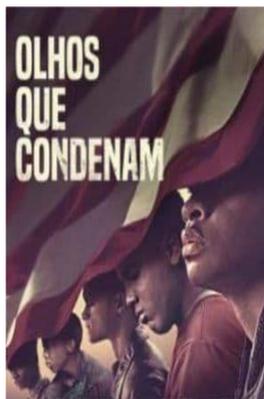


NETFLIX

**Título:** Atlanta

**Ano:** 2016

**Plataforma:** Netflix



NETFLIX

**Título:** Olhos que condenam

**Ano:** 2019

**Plataforma:** Netflix



NETFLIX

**Título:** Cara Gente Branca

**Ano:** 2017

**Plataforma:** Netflix

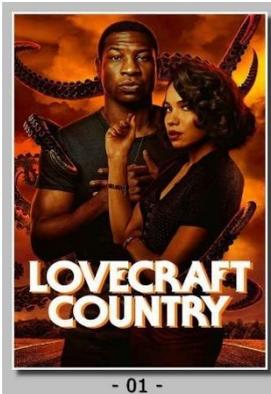


NETFLIX

**Título:** Seven Seconds

**Ano:** 2018

**Plataforma:** Netflix

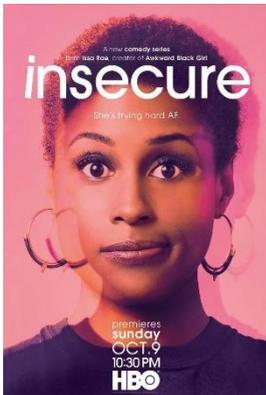


- 01 -

**Título:** Lovecraft Country  
**Ano:** 2020  
**Plataforma:** HBO MAX



**Título:** The Get Down  
**Ano:** 2016  
**Plataforma:** Netflix



**Título:** Insecure  
**Ano:** 2016  
**Plataforma:** HBO MAX



**Título:** O Povo contra  
O.J. Simpson  
**Ano:** 2016  
**Plataforma:** Netflix





**Título:** Black-ish  
**Ano:** 2014  
**Plataforma:** Prime



**Título:** Little Fires Everywhere  
**Ano:** 2020  
**Plataforma:** Prime



**Título:** Luke Cage  
**Ano:** 2016  
**Plataforma:** Netflix



**Título:** A vida e a história de Madam C.J. Walker  
**Ano:** 2020  
**Plataforma:** Netflix



**Título:** O Falcão e o Soldado Invernal  
**Ano:** 2021  
**Plataforma:** Disney+



**Título:** Watchmen  
**Ano:** 2019  
**Plataforma:** HBO MAX



**Título:** Histórias que importam  
**Ano:** 2020  
**Plataforma:** Netflix



**Título:** Criando Dion  
**Ano:** 2019  
**Plataforma:** Netflix

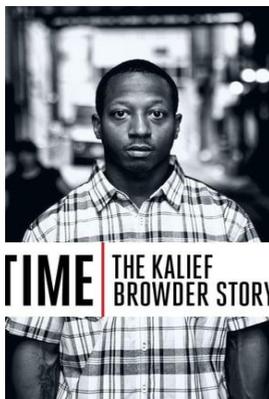
# DOCUMENTÁRIOS



**Título:** A 13ª emenda  
**Ano:** 2016  
**Direção:** Ava DuVernay



**Título:** A Negação do Brasil  
**Ano:** 2000  
**Direção:** Joel Zito



**Título:** Time - A história de Kalief Browder  
**Ano:** 2017  
**Direção:** Jenner Furst



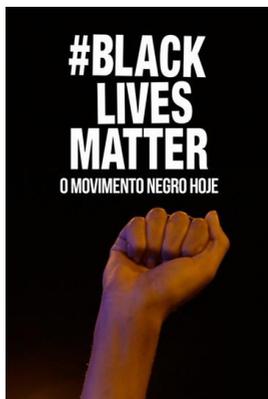
**Título:** A batalha do passinho  
**Ano:** 2012  
**Direção:** Emílio Domingos



**Título:** Dentro da minha pele

**Ano:** 2020

**Direção:** Toni Venturi



**Título:** Black Lives Matter -

O movimento negro hoje

**Ano:** 2015

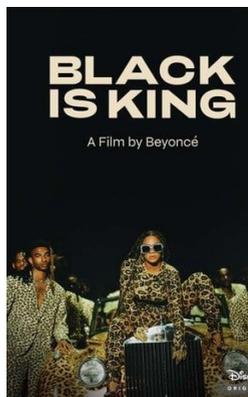
**Direção:** Sara Sally



**Título:** Guerras do Brasil.doc

**Ano:** 2018

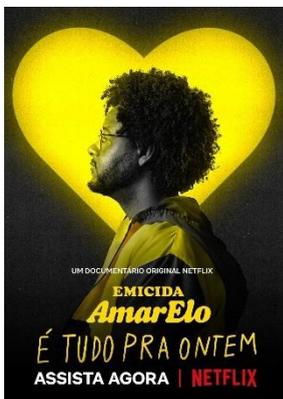
**Direção:** Luiz Bolognesi



**Título:** Black is King

**Ano:** 2020

**Direção:** Kwasi Fordjour,  
Beyoncé



**Título:** Emicida: Amarelo - É Tudo Pra Ontem  
**Ano:** 2020  
**Direção:** Fred Ouro Preto



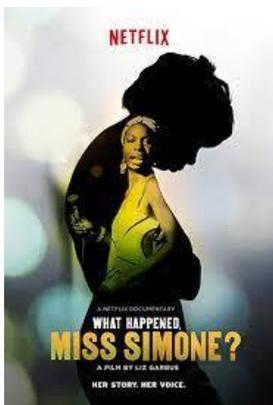
**Título:** Menino 23  
**Ano:** 2016  
**Direção:** Belisário Franca



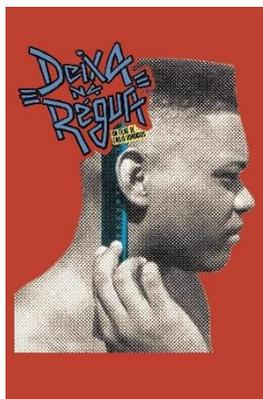
**Título:** Eu não sou seu Negro  
**Ano:** 2016  
**Direção:** Raoul Peck



**Título:** Sankofa: A África que te habita  
**Ano:** 2020  
**Direção:** César Fraga



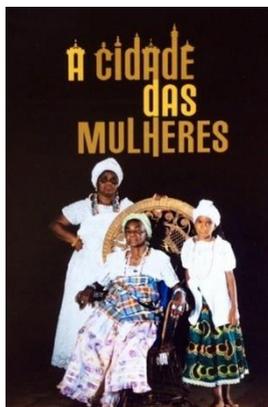
**Título:** O que aconteceu com Miss Simone?  
**Ano:** 2015  
**Direção:** Liz Garbus



**Título:** Deixa na Régua  
**Ano:** 2016  
**Direção:** Emílio Domingos



**Título:** Zumbi somos nós  
**Ano:** 2007  
**Direção:** Ariana Mondo



**Título:** A Cidade das Mulheres  
**Ano:** 2005  
**Direção:** Lázaro Faria



**Título:** Raça

**Ano:** 2013

**Direção:** Joel Zito



**Título:** Meu amigo Fela

**Ano:** 2019

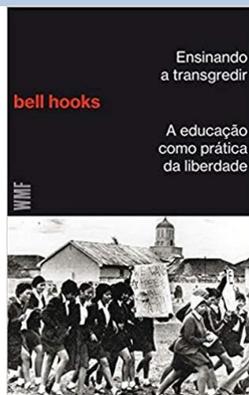
**Direção:** Joel Zito



## LIVROS TEÓRICOS



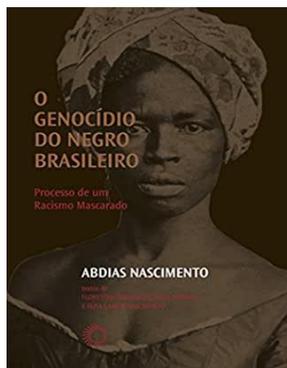
**Título:** Claros e Escuros:  
identidade, povo e mídia no Brasil  
**Autor(a):** Muniz Sodré  
**Ano:** 2015



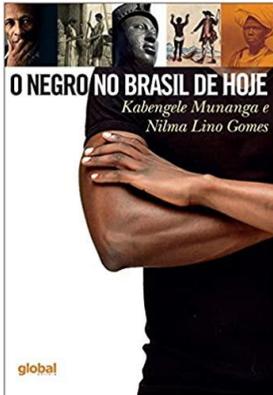
**Título:** Ensinando a  
transgredir: a educação como  
prática da liberdade  
**Autor(a):** bell hooks  
**Ano:** 2017



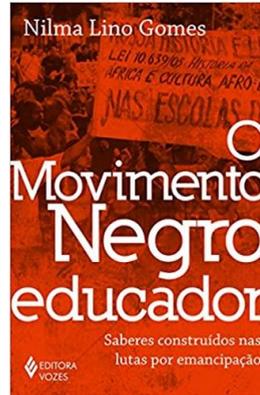
**Título:** O Espetáculo das Raças  
**Autor(a):** Lilia Schwarcz  
**Ano:** 2019



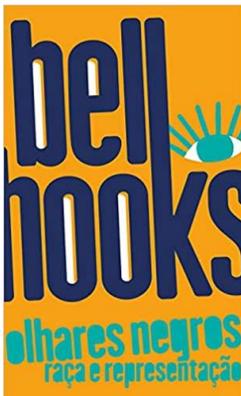
**Título:** O genocídio do negro  
brasileiro  
**Autor(a):** Abdias Nascimento  
**Ano:** 2016



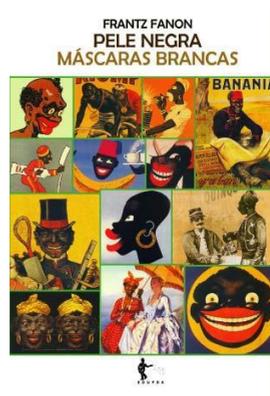
**Título:** O Negro no Brasil de Hoje  
**Autor(a):** Kabengele Munanga;  
 Nilma Lino Gomes  
**Ano:** 2016



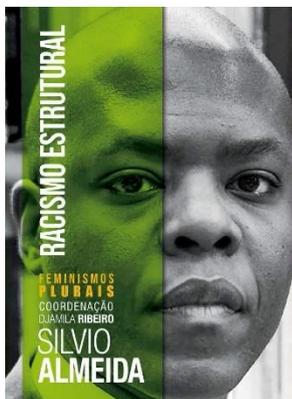
**Título:** O Movimento Negro Educador  
**Autor(a):** Nilma Lino Gomes  
**Ano:** 2017



**Título:** Olhares Negros: raça e representação  
**Autor(a):** bell hooks  
**Ano:** 2019



**Título:** Pele Negra Máscaras Brancas  
**Autor(a):** Frantz Fanon  
**Ano:** 2016



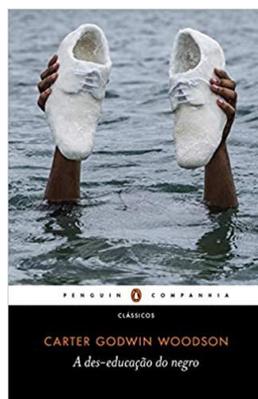
**Título:** Racismo Estrutural  
**Autor(a):** Silvio Almeida  
**Ano:** 2019



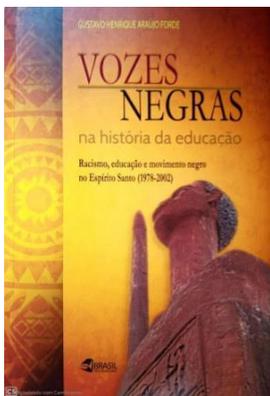
**Título:** Nem preto nem branco, muito pelo contrário  
**Autor(a):** Lilia Swcharcz  
**Ano:** 2012



**Título:** Personagens negras na educação infantil: O que dizem crianças e professoras  
**Autor(a):** Debora Oyayomi Araujo  
**Ano:** 2017



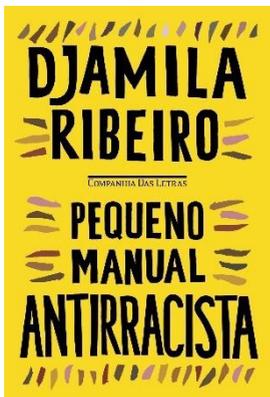
**Título:** A des-educação do negro  
**Autor(a):** Carter G. Woodson  
**Ano:** 2021



**Título:** Vozes Negras na história da educação  
**Autor(a):** Gustavo Henrique Forde  
**Ano:** 2018



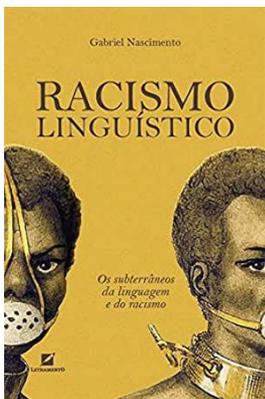
**Título:** Quem quer (pode) ser negro no Brasil?  
**Autor(a):** Rodrigo Ednilson de Jesus  
**Ano:** 2021



**Título:** Pequeno manual antirracista  
**Autor(a):** Djamila Ribeiro  
**Ano:** 2019



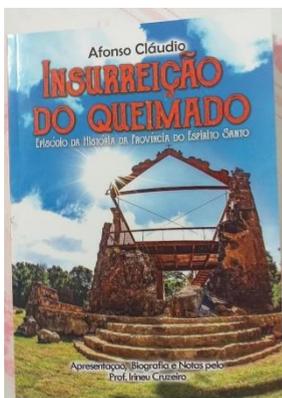
**Título:** Sankofa 1 - A Matriz Africana no Mundo  
**Autor(a):** Elisa Larkin Nascimento  
**Ano:** 2008



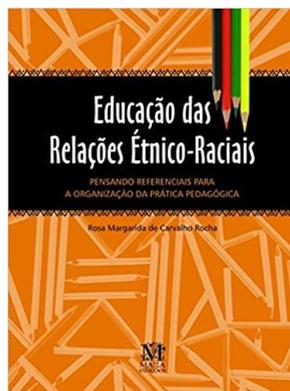
**Título:** Racismo Linguístico  
**Autor(a):** Gabriel Nascimento  
**Ano:** 2019



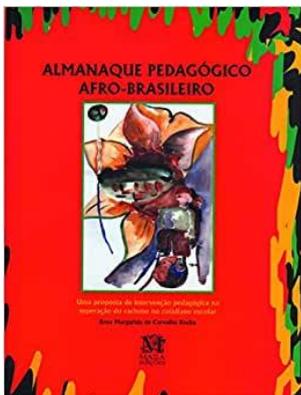
**Título:** Negritude, cinema e educação - Vol. 1  
**Autor(a):** Edileuza Penha de Souza  
**Ano:** 2011



**Título:** Afonso Cláudio - Insurreição do Queimado  
**Autor(a):** Irineu Cruzeiro  
**Ano:** 2021



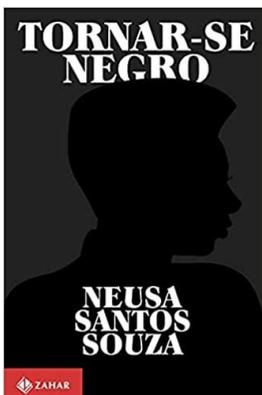
**Título:** Educação das Relações Étnico-Raciais  
**Autor(a):** Rosa Margarida de Carvalho Rocha  
**Ano:** 2011



**Título:** Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro

**Autor(a):** Rosa Margarida de Carvalho Rocha

**Ano:** 2007



**Título:** Tornar-se negro

**Autor(a):** Neusa Santos Souza

**Ano:** 2021



**Título:** O ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana

**Autor(a):** Ione Aparecida Duarte Santos Dias

**Ano:** 2021

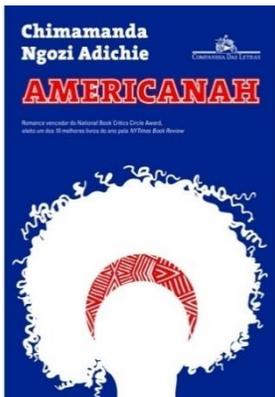


**Título:** Psicologia social do racismo

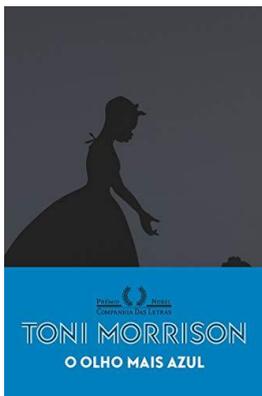
**Autor(a):** Iray Carone e Maria Aparecida Bento (Org)

**Ano:** 2014

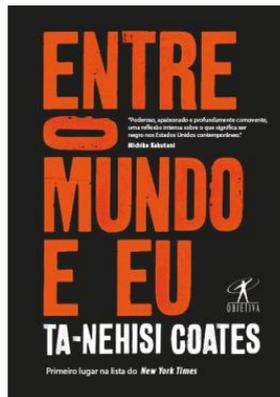
# LITERATURA ADULTO



**Título:** Americanah  
**Autor(a):** Chimamanda Ngozi Adiche  
**Ano:** 2013



**Título:** O olho mais azul  
**Autor(a):** Toni Morrison  
**Ano:** 1970



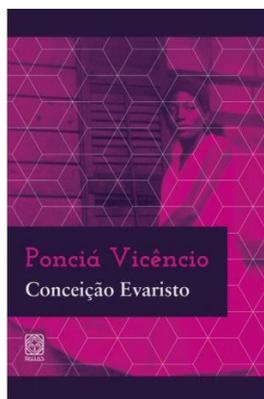
**Título:** Entre o mundo e eu  
**Autor(a):** Ta-nehisi Coates  
**Ano:** 2015



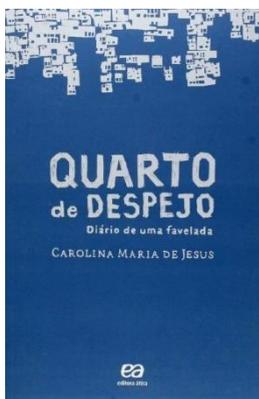
**Título:** Olhos D'água  
**Autor(a):** Conceição Evaristo  
**Ano:** 2014



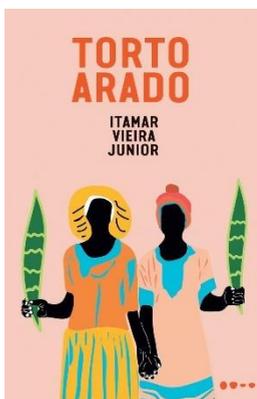
**Título:** Eu sei por que o pássaro canta na gaiola  
**Autor(a):** Maya Angelou  
**Ano:** 1969



**Título:** Ponciá Vicêncio  
**Autor(a):** Conceição Evaristo  
**Ano:** 2003



**Título:** Quarto de despejo  
**Autor(a):** Carolina Maria de Jesus  
**Ano:** 1960



**Título:** Torto Arado  
**Autor(a):** Itamar Vieira Junior  
**Ano:** 2019



**Título:** Um casamento Americano

**Autor(a):** Tayari Jones

**Ano:** 2018

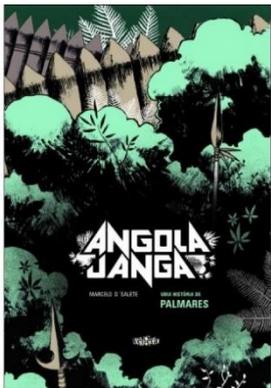


**Título:** Um defeito de cor

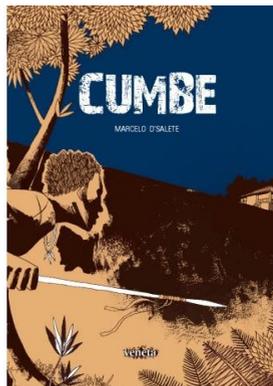
**Autor(a):** Ana Maria Gonçalves

**Ano:** 2006

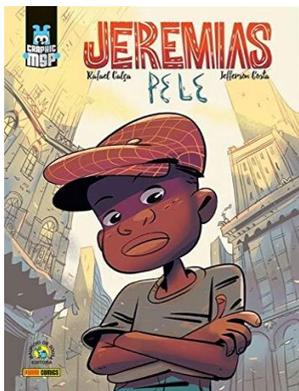
## LITERATURA JUVENIL



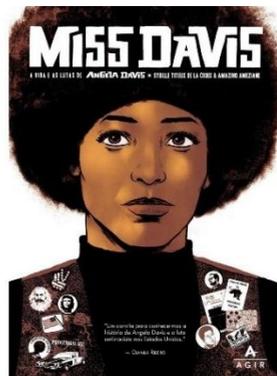
**Título:** Angola Janga  
**Autor(a):** Marcelo D'Saete  
**Ano:** 2017



**Título:** Cumbe  
**Autor(a):** Marcelo D'Saete  
**Ano:** 2016



**Título:** Jeremias - Pele  
**Autor(a):** Rafael Calça  
**Ano:** 2018



**Título:** Miss Davis  
**Autor(a):** Sybille Titeux de la Croix  
**Ano:** 2020

Traga a Lata de 750 550x 600 150x150  
**ANGIE THOMAS**

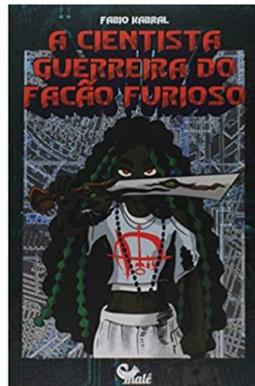


**THE HATE U GIVE**

**Título:** O ódio que você semeia

**Autor(a):** Angie Thomas

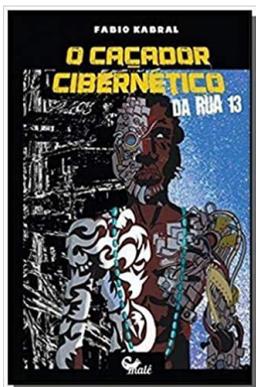
**Ano:** 2017



**Título:** A cientista guerreira do facão furioso

**Autor(a):** Fábio Kabral

**Ano:** 2019

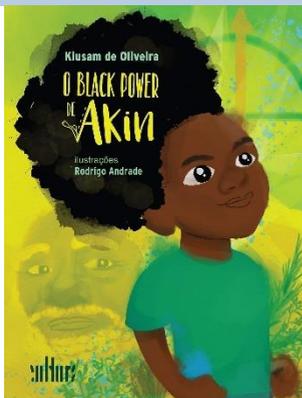


**Título:** O Caçador Cibernético da rua 13

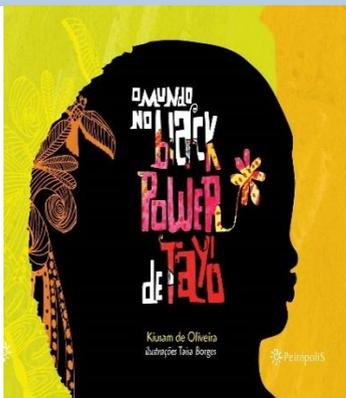
**Autor(a):** Fábio Kabral

**Ano:** 2017

## LITERATURA INFANTIL



**Título:** O Black Power de Akin  
**Autor(a):** Kiusam de Oliveira  
**Ano:** 2020



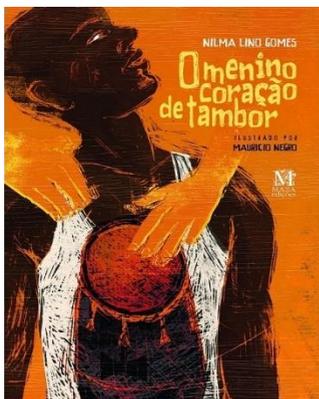
**Título:** O mundo no black power de Tayó  
**Autor(a):** Kiusam de Oliveira  
**Ano:** 2012



**Título:** Caderno de rimas do João  
**Autor(a):** Lázaro Ramos  
**Ano:** 2015



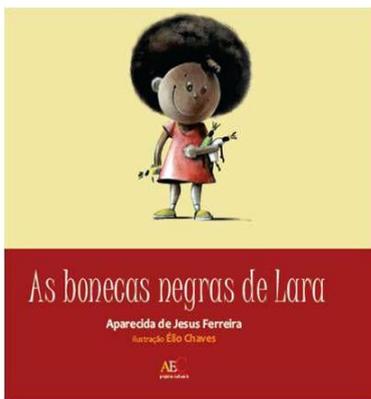
**Título:** Caderno Sem Rimas Da Maria  
**Autor(a):** Lázaro Ramos  
**Ano:** 2018



**Título:** O menino coração de tambor

**Autor(a):** Nilma Lino Gomes

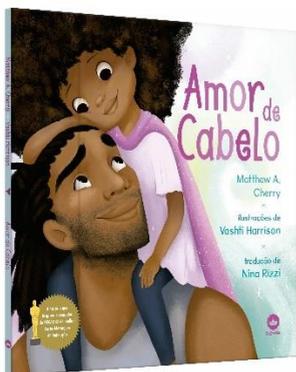
**Ano:** 2013



**Título:** As bonecas negras de Lara

**Autor(a):** Aparecida de Jesus Ferreira

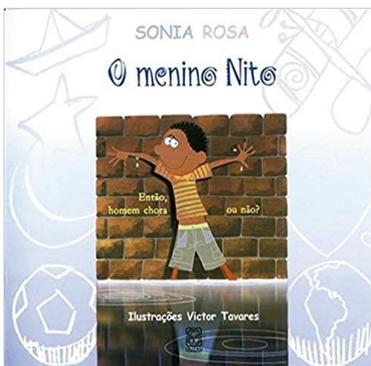
**Ano:** 2017



**Título:** Amor de cabelo

**Autor(a):** Matthew A. Cherry,  
Vashti Harrison

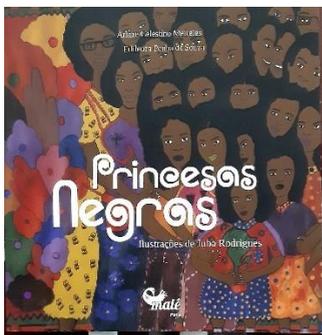
**Ano:** 2020



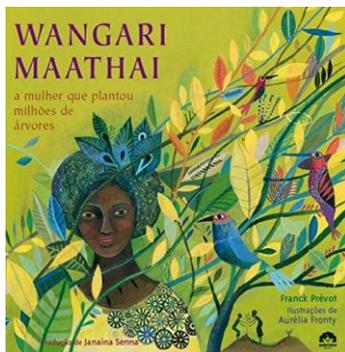
**Título:** O menino Nito

**Autor(a):** Sônia Rosa

**Ano:** 2008



**Título:** Princesas Negras  
**Autor(a):** Edileuza Penha de Souza e Ariane Meireles  
**Ano:** 2018



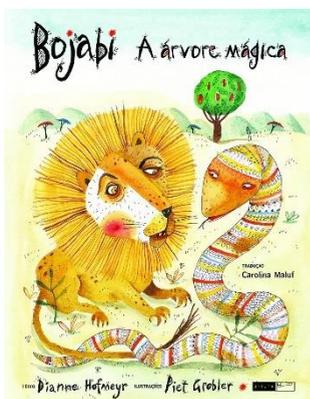
**Título:** Wangari Maathai - A mulher que plantou milhões de árvores  
**Autor(a):** Frank Prevot, Aurelia Fronty  
**Ano:** 2015



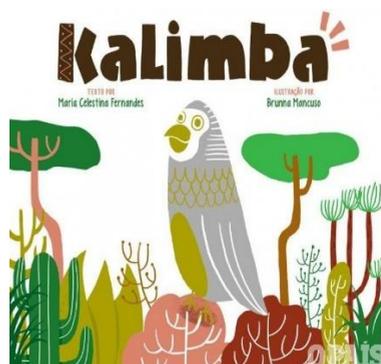
**Título:** Sulwe  
**Autor(a):** Lupita Nyong'o  
**Ano:** 2019



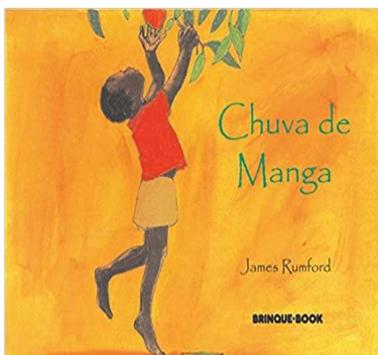
**Título:** O pequeno príncipe preto  
**Autor(a):** Rodrigo França  
**Ano:** 2020



**Título:** Bojabi - A árvore mágica  
**Autor(a):** Dianne Hofmeyr e Piet Grobler  
**Ano:** 2013



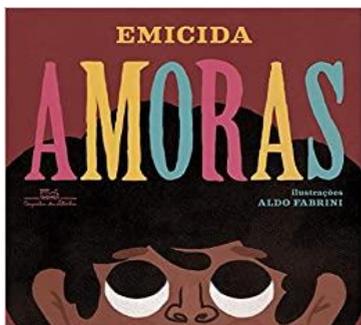
**Título:** Kalimba  
**Autor(a):** Brunna Mancuso e Maria Celestina Fernandes  
**Ano:** 2015



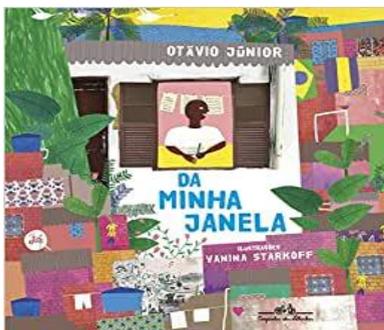
**Título:** Chuva de manga  
**Autor(a):** James Rumford  
**Ano:** 2002



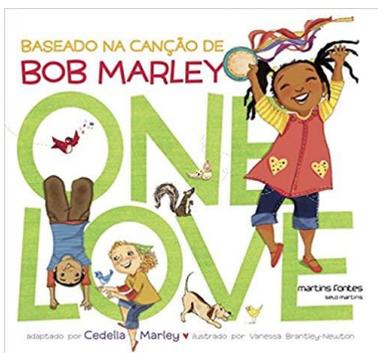
**Título:** A mãe que voava  
**Autor(a):** Caroline Carvalho  
**Ano:** 2018



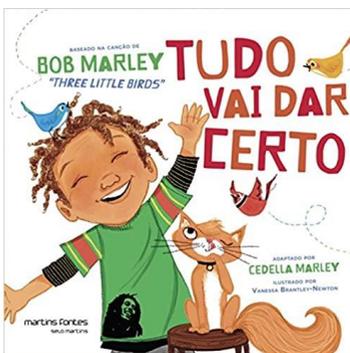
**Título:** Amoras  
**Autor(a):** Emicida  
**Ano:** 2018



**Título:** Da minha janela  
**Autor(a):** Otávio Júnior  
**Ano:** 2019



**Título:** One Love  
**Autor(a):** Cedella Marley  
**Ano:** 2011



**Título:** Tudo vai dar certo  
**Autor(a):** Cedella Marley  
**Ano:** 2013



**Título:** Com qual penteado eu vou?

**Autor(a):** Kiusam de Oliveira

**Ano:** 2021



**Título:** De passinho em passinho:

Um livro para dançar e sonhar

**Autor(a):** Otávio Júnior

**Ano:** 2021

## PODCASTS

- AmarElo Prisma (**Deezer/Spotify**)
- Afrofuturo (**Deezer/Spotify**)
- O lado negro da força (**Deezer/Spotify**)
- Ubuntu Esporte Clube (**Deezer/Spotify**)
- Maria vai com as outras - Ep. 04 (**Deezer/Spotify**)
- Afrofuturismo, com Morena Mariah - Ep. 04 - Futuro possível (**Spotify**)
- Negro da Semana (**Deezer/Spotify**)
- Vidas Negras com Tiago Rogero (**Spotify**)

## CANAIS DE VÍDEO



- [Websérie - Raiz Forte - Charlene Bicalho](#)
- [Canal Silvio Almeida](#)
- [Palavra Negra - Adriano Monteiro](#)
- [Africastê](#)
- [De Pretas - Gabi Oliveira](#)
- [Herdeira da Beleza - Tassio Santos](#)
- [Cultne - Acervo digital de Cultura Negra](#)
- [Nós Transatlânticos](#)
- [Canal Preto](#)
- [Nossa Voz Ecoa - Preta Rara](#)

## ***PALESTRAS TED TALKS***

A plataforma **ted.com** é um projeto que visa disseminar boas ideias através de palestras e seminários. Os vídeos disponibilizados são gratuitos, contam com palestrantes de várias nacionalidades, incluindo do Brasil, e disponibilizam legendas em português para palestras em outros idiomas. Vale muito a pena conhecer essa ferramenta. Você pode acessar as palestras selecionadas pelos links disponibilizados abaixo ou pesquisando os títulos no Google.

- [O perigo da história única - Chimamanda Ngozi Adiche](#)
- [A urgência da interseccionalidade - Kimberlé Crenshaw](#)
- [O racismo, quando não nos mata, nos torna inseguras - Karina Vieira](#)
- [O que precisamos para ser racista? Manoel Soares](#)
- [Racismo Estrutural - AD Junior](#)
- [O Racismo e o audiovisual no Brasil - Maria Gal](#)
- [O Racismo Estrutural na cultura do futebol - Márcio Chagas](#)
- [A política racial do tempo - Brittney Cooper](#)
- [Os Símbolos do Racismo Sistêmico e como tirar o poder deles - Paul Rucker](#)
- [Como o racismo nos deixa doentes? - David R. Williams](#)
- [Precisamos romper com os silêncios - Djamilia Ribeiro](#)

- [Como desconstruir o racismo, uma manchete por por vez - Baratunde Thurston](#)
- [Racismo tem um custo para todos - Heather C. McGhee](#)
- [Um novo olhar sobre a pessoa negra; novas narrativas importam - Gabi Oliveira](#)
- [Eu quero poder ser fraca - Stephanie Ribeiro](#)
- [A síndrome do colonizador - MC Martina](#)
- [Afrofuturo - Morena Mariah](#)
- [Como podemos começar a curar a dor da divisão racial - Ruby Sales](#)
- [Precisamos falar sobre uma injustiça - Bryan Stevenson](#)
- [Como funciona o preconceito racial - e como rompê-lo - Jennifer L. Eberhardt](#)



# Referências

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho De. **Onda negra, medo branco**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Oficinas da História, vol. 6.

BERNARDO, Teresinha.; MACIEL, Regimeire Oliveira. Racismo e educação: um conflito constante. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 191-205, Jan-Jun 2015. ISSN 2236-532X.

CAVALLEIRO, Eliane Dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 3ª reimpressão.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. 1ª. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

KING, Joyce Elaine. “If Justice Is Our Objective”: Diaspora Literacy, Heritage Knowledge, and the Praxis of Critical Studyin’ for Human Freedom. **Yearbook of the National Society for the Study of Education**, 105, 10 Outubro 2006. 337-360. Acesso em: 25 Outubro 2019.

KING, Joyce Elaine. **Dysconscious Racism, Afrocentric Praxis, and Education for Human Freedom: Through the Years I Keep on Toiling** - The selected works of Joyce E. King. 1ª. ed. New York: Routledge, 2015.

KING, Joyce Elaine. A Call fo a Reparatory Justice Curriculum for Human Freedom: Re-writing the Story of Our Dispossession and the Debt Owed. **The Journal of African American History**, n. 02, Primavera 2017. 213-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.5323/jafriamerhist.102.2.0213>>. Acesso em: 06 dezembro 2019.

MEIRELES, Ariane Celestino.; SANTOS, Sarita Faustino Dos. **EXUNAS ESCOLAS: reflexões sobre a influência da moral religiosa nas práticas pedagógicas da educação municipal de Vitória (ES)**. V SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / II CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO. São Paulo: [s.n.]. 2020. Comunicação.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. 2ª. ed. São Paulo: Ática S.A., 1992.

MUNANGA, Kabengele.; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. 2ª. ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um racismo Mascarado**. 4ª. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: Significado e Intenções. In: NASCIMENTO, E. L. **Sankofa I - A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, v. 1, 2008. Cap. 1, p. 29-55.

ROCK, Edi. **A vida é desafio**. São Paulo: Boogie Naípe, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco muito pelo contrário**. 1ª. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: TEODORO, M., et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. Cap. 1, p. 15-43.

